

## O essencial sobre a analística monástica portugalense (séc. XI-XII)\*

M Á R I O D E G O U V E I A

Instituto de Estudos Medievais – Universidade Nova de Lisboa  
gouveia.mnc@gmail.com

**Resumo:** O objetivo deste artigo é apresentar uma síntese dos principais vetores que sumariam a historiografia monástica portugalense dos séculos XI e XII.

**Palavras-chave:** Alta Idade Média (séc. IX-XII); Entre-Minho-e-Mondego; Monaquismo; Historiografia; Analística; Representações Sociais.

**Abstract:** The purpose of this essay is to present a synthesis of the main vectors that summarize the Portuguese monastic historiography of the 11th and 12th centuries.

**Keywords:** High Middle Ages (9th-12th centuries); Entre-Minho-e-Mondego; Monasticism; Historiography; Annalistic; Social Representations.

---

\* Palavras especiais de agradecimento a José Mattoso (FCSH-UNL); Luís Krus † (FCSH-UNL); Bernardo Vasconcelos e Sousa (FCSH-UNL); Christophe Picard (Université de Toulouse-Le-Mirail); Stéphane Boissellier (Université de Poitiers); Carlos Gutiérrez Cuatango, OCSO; Salvador Toro Jiménez, OCSO; e Juan González Salvador, OCSO.

## Siglas e abreviaturas utilizadas

- AG *Anais de S. Salvador de Grijó* (c. 1111);  
 AL *Anais de S. Mamede de Lorvão* (c. 1118);  
 ant. anterior(es) a;  
 APV “*Annales portugaleses veteres*”, in Pierre David, *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI<sup>e</sup> au XII<sup>e</sup> siècle*, Lisboa – Paris, Livraria Portugália Editora – Société d’Édition “Les Belles Lettres”, 1947, p. 257-340;  
 ASC I *Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I* (c. 1169);  
 AST *Anais de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave* (c. 1079);  
 c. cerca de;  
 cf. conferir, confrontar;  
 d.c. data crítica;  
 d.t. data textual;  
 NA *Nomina abbatum*, dos *Anais de S. Mamede de Lorvão*;  
 NR *Nomina regum*, dos *Anais de S. Mamede de Lorvão*;  
 p. página, páginas;  
 PMH v. SS;  
 post. posterior(es) a;  
 seg. segundo;  
 SS *Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintundecimum. Scriptores* (Iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita), vol. I, Lisboa, Typis Academicis, MDCCCLVI;  
 v. ver, verificar;  
 vol., vols. volume, volumes.

## Advertência prévia

Apresenta-se neste estudo uma síntese sobre a analística monástica portugalense dos séculos XI e XII<sup>1</sup>. Esta síntese tem em conta os textos que se conservaram até aos

1 O trabalho agora apresentado retoma, com revisões e adaptações, o conteúdo das duas comunicações intituladas “Guerra providencial y frontera dinámica en los anales monásticos portugalenses (siglos XI-XII)” e “Los anales monásticos portugalenses (siglos XI-XII). Textos y contextos”, apresentadas pelo signatário ao *Atelier de formation aux études médiévales ibériques “Les échanges entre groupes confessionnels dans les royaumes chrétiens ibériques et en al-Andalus. Une autre forme de confrontation?”* (Madrid, 3-8 de Novembro de 2008; organizado pela Casa de Velázquez, em parceria com Universidade Nova de Lisboa, Universidad Autónoma de Madrid, Université de Paris I-Panthéon Sorbonne, Université de Poitiers, Université de Toulouse-Le-Mirail, Universitat de València e Universidad de Valladolid). Dado o seu carácter de síntese, optámos por não incluir notas remissivas ou explicativas neste trabalho, de forma a evitar uma sobrecarga de crítica histórica e historiográfica, desnecessária para os objetivos que nos norteiam. No entanto, todas as obras aqui utilizadas e referenciadas encontram-se citadas num dos mais recentes estudos de nossa autoria, ainda inédito, intitulado *O limiar da tradição no moçarabismo conimbricense. Os Anais de Lorvão e a memória monástica do território de fronteira (séc. IX-XII)*, Lisboa, 2008 (Edição policopiada da Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História, na Área de Especialização em História Medieval, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, realizada sob a orientação científica dos Professores Doutor José João da Conceição Gonçalves Mattoso e Doutor Luís Filipe Llach Krus). O leitor interessado encontrará aqui não só a

nossos dias e são passíveis de análise segundo as atuais exigências metodológicas da investigação histórica. Excluem-se as problemáticas que, embora pertinentes para o tratamento desta questão, só poderão ser devidamente equacionadas depois de se efetuarem investigações sectoriais aprofundadas, a partir das quais se tornará possível a realização de novas sínteses.

Entende-se por analística monástica portugalense um conjunto de quatro textos tipologicamente semelhantes compilados no seio de comunidades letradas cristãs do Entre-Minho-e-Mondego entre cerca de 1079 e cerca de 1169, sob a forma de breves sequências de ementas ordenadas cronologicamente, contendo informações sobre uma ou mais efemérides históricas e refletindo a visão que tais comunidades monásticas tinham do seu próprio passado. Estes textos têm a particularidade de ser os primeiros testemunhos de uma produção historiográfica consciente da individualidade dos territórios portugalense e conimbricense, no quadro político da Cristandade medieval hispânica.

Procede-se primeiramente à apresentação dos quatro textos e testa-se posteriormente a hipótese de terem sido redigidos outros textos semelhantes na diacronia considerada. Segue-se a caracterização individual de cada texto, salientando-se os tópicos que os individualizam no conjunto da analística monástica portugalense. Estabelecem-se, por fim, as linhas de orientação da produção historiográfica cristã na região de fronteira, a Sul do rio Minho, do reino de Astúrias-Leão, nos séculos XI e XII, com um anexo que constitui o levantamento crítico das efemérides presentes nos quatro textos.

Com esta série de temas, encerra-se a apresentação do que consideramos serem os vetores da primeira historiografia nacional. Não só esperamos que a sua leitura seja complementada por outros estudos, mas também que suscite o interesse pelo aprofundamento dos temas tratados, potenciando assim a reflexão sobre as circunstâncias históricas e historiográficas que marcaram a produção, a receção, a utilização e a transmissão dos quatro textos nas épocas medieval e moderna. Este é um pressuposto para que o nosso estudo alcance um dos seus principais objetivos. Todas as omissões ou incorreções que dele inconscientemente resultem, devem ser vistas como um estímulo à crítica de tudo o que aqui se diz.

## 1. A analística monástica portugalense (séc. XI-XII)

Pelo que nos é dado a conhecer, foi só entre os finais do século XI e os finais do XII que as comunidades letradas do Entre-Minho-e-Mondego – então uma região de

---

relação de fontes e de bibliografia em que nos baseámos, como também considerações mais desenvolvidas sobre os diferentes temas tratados.

fronteira do reino de Astúrias-Leão – redigiram os primeiros textos historiográficos que se conservaram até à atualidade. Tal facto não significa que não tenham sido produzidas obras anteriormente a esta data. No estado atual dos nossos conhecimentos, contudo, esta afirmação não encontra fundamento seguro.

Estes textos foram escritos numa conjuntura política e eclesiástica de grande instabilidade, provocada, por um lado, pela progressão territorial da monarquia asturiano-leonesa no Entre-Minho-e-Mondego, isto é, na frente ocidental de combate contra o Islão, após o colapso do califado omíada de Córdoba, em 1031; e, por outro, pela substituição da liturgia hispânica pela romana, com o apoio dos reis de Leão e da abadia beneditina de Cluny, no quadro do Concílio de Burgos, de 1080. O primeiro texto foi redigido no mosteiro de St.º Tirso de Riba de Ave, por volta de 1079; o segundo, no mosteiro de S. Salvador de Grijó, cerca de 1111; o terceiro, no mosteiro de S. Mamede de Lorvão, por volta de 1118; e o quarto, no mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra, cerca de 1169. Se os três primeiros textos foram escritos em ambiente monástico, possivelmente por monges ou clérigos residentes em mosteiros adaptados aos usos e costumes beneditinos, um dos quais revelador de uma matriz cultural moçárabe; já o quarto foi redigido em ambiente canonical, isto é, por cónegos regrentes de St.º Agostinho, numa altura em que se faziam sentir os primeiros ecos de renovação da vida urbana e de revitalização das instituições catedralícias nas antigas sedes de diocese do Entre-Minho-e-Mondego.

A diacronia de produção destes textos é de pouco menos de um século. Abrange cerca de noventa anos de história da fronteira ocidental, período esse crucial para se entender a conjuntura de transição política do Condado Portucalense para o Reino de Portugal. Se os textos de 1079 e de 1111 foram escritos em dois mosteiros que se situavam em território pertencente à extinta sede de diocese do Porto, cuja restauração ocorreria apenas com o bispo Hugo (1121-1136); já os de 1118 e de 1169 foram redigidos em dois mosteiros da sede de diocese de Coimbra, nos episcopados de Gonçalo Pais (1109-1128) e de Miguel Pais Salomão (1162-1176), respetivamente. Embora a crítica não seja unânime quanto ao local e à data de redação destes textos, as hipóteses consideradas são as que reúnem maior consenso entre os historiadores, sobretudo depois dos trabalhos que José Mattoso e Luís Krus dedicaram a esta problemática, a partir do estudo minucioso da edição crítica do complexo analístico elaborada por Pierre David em 1947, à qual o editor deu o título de *Annales portucalenses ueteres* ou *Anais portucalenses velhos*. O nosso trabalho baseia-se, em grande medida, numa releitura desta edição crítica, que inclui os textos de 1079, 1111 e 1169, segundo várias recensões. Outros estudos mais recentes contribuíram igualmente para o esclarecimento de problemáticas sectoriais decorrentes da análise monográfica de alguns textos. Se carecemos de estudos específicos sobre os *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave*, *S. Salvador de Grijó* e *St.ª Cruz de Coimbra I*, dispomos já de um trabalho de fôlego sobre os *Anais*

de S. Mamede de Lorvão, os únicos que se conservaram num suporte material – o *Livro dos testamentos* do mosteiro de Lorvão – ligado à instituição que lhe deu origem.

Não sabemos até que ponto estes textos se conservaram intactos até aos nossos dias. Este problema de interpretação decorre da análise efetuada por Mattoso e Krus, que estudaram os textos conservados em diversos manuscritos dos séculos XII e XIII, provenientes sobretudo dos mosteiros de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra e de St.<sup>a</sup> Maria de Alcobaça, e concluíram que o texto de 1169 incorporava os dois mais antigos, oriundos de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave e de S. Salvador de Grijó. Esta refundição teve lugar provavelmente nos finais do século XII, ainda durante o reinado de Afonso I, talvez após o desastre de Badajoz. Para Mattoso e Krus, o texto produzido nesta altura, conhecido como arquétipo crúzio, teria sido escrito com o objetivo de revisitar e atualizar os relatos primeiramente escritos em St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave e em S. Salvador de Grijó, à luz da conjuntura política posterior à data em que teria sido redigido o segundo, abrangendo, por este motivo, as décadas iniciais do século XII. Para estes autores, os textos de 1079 e de 1111 não chegaram até nós como testemunhos historiográficos, mas sim como versões de primitivos testemunhos historiográficos refundidas num terceiro texto por volta de 1169. Este facto demonstra que ou as efemérides neles contidas ainda tinham atualidade social no momento em que os dois textos foram refundidos no terceiro; ou que o objetivo subjacente a esta refundição era outro diferente, porventura relacionado com a necessidade de se criar um elo de ligação entre as instâncias sociais responsáveis pela fixação de um passado histórico que associava os ascendentes das principais famílias da fidalguia dos séculos XIII e XIV aos primórdios da monarquia portuguesa. As datas a que têm sido atribuídas as compilações são convencionais, porque se identificam com a da última ementa de cada texto.

Com efeito, esta hipótese mostra-se bastante plausível, sobretudo se tivermos em conta que há um encadeamento cronológico quase perfeito entre os três textos, o que possivelmente deixa pressupor a intervenção de um refundidor que talvez tenha truncado e atualizado os dois textos mais antigos de forma a criar um único texto nos finais do século XII. A intervenção deste refundidor parece estar patente no facto de os textos se iniciarem em datas muito próximas, tal como na natureza das efemérides que cada um comemora. Registe-se, aliás, que a crítica histórica propôs a separação dos três textos e a sua identificação com aqueles três mosteiros a partir da sua crítica interna: o de 1079, escrito no círculo letrado da família dos senhores da Maia, que protegiam o mosteiro de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave, com o objetivo de enaltecer a participação desta família de infanções na “Reconquista” cristã da Hispânia ao lado de Fernando I, o conquistador de Coimbra; o de 1111, redigido no círculo letrado da família dos senhores de Grijó, parentes dos de Marnel, descendentes dos condes de Coimbra, que protegiam o mosteiro de S. Salvador de Grijó, com o objetivo de enaltecer a participação desta família na “Reconquista” cristã da Hispânia ao lado de

Afonso VI, o conquistador de Toledo; e o de 1169, com o objetivo de ligar o passado infancional das famílias nobres que integravam a corte dos reis Dinis e Afonso IV – consideradas na literatura linhagística e genealógica medieval como representantes das cinco famílias da fidalguia que teriam conquistado o território perdido para o Islão ainda antes da génese da primeira dinastia portuguesa, ou seja, como os responsáveis pelas campanhas militares que, antes de Afonso I, teriam recuperado para a Cristandade praticamente todo o Entre-Minho-e-Tejo, núcleo geográfico do Reino de Portugal até cerca de meados do século XII – aos representantes de um estrato social de grande poder e prestígio que lutava contra a política de centralização régia desenvolvida por estes monarcas nos finais da Idade Média.

## 2. As tabelas de cômputo pascal

Para além das que assinalámos anteriormente, não temos nenhuma outra evidência de que tenham sido redigidos textos congéneres no Entre-Minho-e-Mondego nos séculos XI e XII. Tal facto não significa que não tenham sido escritos textos análogos aos que descrevemos sumariamente. Devemos considerar a hipótese de se terem redigido textos hoje perdidos – ou até mesmo refundidos numa obra com carácter narrativo –, e por isso de mais difícil identificação. O que podemos afirmar é que não foram descobertos até ao momento quaisquer manuscritos contendo novos textos, nem sequer individualizadas secções de textos que possam eventualmente conter passagens integráveis nesta categoria tipológica de fontes, à semelhança do que aconteceu com o arquétipo crúzio.

Há, no entanto, alguns indícios que nos levam a pensar que o círculo letrado de produção deste tipo de textos não se cingiu aos quatro mosteiros que salientámos anteriormente. David, Mattoso e Krus identificaram algumas passagens analíticas hoje inseridas em fontes diplomáticas que não se encontram nos quatro textos conhecidos, e que por isso ou correspondem a ementas avulsas; ou podem mesmo ter sido retiradas de outros textos que não chegaram até nós, porventura identificáveis com um dos dois textos que foram refundidos nos finais do século XII no arquétipo crúzio. Esta hipótese baseia-se na proveniência destas passagens, que, tal como foi constatado por aqueles autores, se pode relacionar com a produção letrada do mosteiro de St.º Tirso de Riba de Ave, precisamente a primeira instituição religiosa a elaborar os seus anais no Entre-Minho-e-Mondego nos finais do século XI. Mas há também indícios que, para além dos apontados por David, Mattoso e Krus, nos permitem sustentar a hipótese de o círculo letrado de produção deste tipo de textos ter integrado outras instituições religiosas. Com a particularidade de tais indícios nos remeterem para expressões da cultura coeva que não se relacionam unicamente com o registo de apontamentos historiográficos de teor analístico.

Com efeito, se tivermos em conta que as origens da analítica se relacionam com a produção de tabelas de cômputo pascal, é lícito considerarmos a hipótese de alguns diplomas cujas cláusulas cronológicas mostram uma certa complexidade ao nível de processos de datação sincrónica, poderem conter elementos que apontem neste sentido. Pelo menos é assim que interpretamos alguns indícios relacionados com a datação destes diplomas, e que associamos ao registo de apontamentos historiográficos de teor analítico. Trata-se, para sermos mais concretos, de uma hipótese que se baseia no facto de dispormos de alguns diplomas datados dos finais do século XI – contemporâneos, portanto, dos dois primeiros textos –, cuja datação tem em conta a fase do ciclo lunar correspondente ao dia da sua elaboração.

É o que se regista a propósito de vários diplomas outorgados nos mosteiros de S. Pedro de Pedroso (1081, 1087, 1090), S. Salvador de Leça (1095), S. Vicente de Vacariça (1095), bem como na igreja de St.<sup>a</sup> Maria da Sé de Coimbra (1092, 1095, 1097), cuja data é posta em paralelo com diferentes fases do ciclo lunar: a 24.<sup>a</sup>, a 27.<sup>a</sup> e a 16.<sup>a</sup> em Pedroso, relacionadas respetivamente com o dia 31 de Outubro de 1081 (Domingo; quase 2.<sup>a</sup> hora/c. 7h00), bem como com os anos de 1087 (6.<sup>a</sup> hora/12h00) e 1090 (3.<sup>a</sup> hora/9h00), sem indicação de dia ou de mês; a 23.<sup>a</sup> em Leça e Vacariça, relacionada com o dia 3 de Março de 1095; e a 29.<sup>a</sup>, a 18.<sup>a</sup> e a 22.<sup>a</sup> em Coimbra, relacionadas respetivamente com os dias 13 de Abril de 1092 (Domingo das Oitavas de Pentecostes), 26 de Fevereiro de 1095, 9 de Abril de 1097 (Quinta-feira) e 3 de Maio de 1097.

O quadro da página seguinte sintetiza estes dados.

Se considerarmos que os três diplomas de Pedroso e os quatro de Coimbra foram escritos por diferentes escribas – no primeiro caso, Paio, duas vezes, e Pedro, uma; e, no segundo, Salomão, identificado como presbítero, Fromarigo e Paio –, concluiremos que o cômputo pascal era uma prática ao alcance dos clérigos que serviam estas instituições religiosas. Se considerarmos ainda que esta prática estava geralmente associada ao registo de efemérides historiográficas – apesar de em nenhum dos casos evidenciados se encontrar qualquer indício que aponte claramente neste sentido –, podemos dizer que os clérigos de Pedroso, Leça, Vacariça e Coimbra utilizavam tabelas de cômputo pascal, com o objetivo não só de fixar as datas móveis do calendário litúrgico, muito especialmente a Páscoa e as solenidades com ela relacionadas, mas também de situar cronologicamente o ato de produção de diplomas. Assim sendo, é possível que se tenha criado e divulgado nestas instituições religiosas, e até mesmo nas que integravam os respetivos sistemas de padroado institucional, o hábito de se registarem efemérides historiográficas associadas ao ano correspondente a cada tabela de cômputo pascal. Sublinhe-se a convergência das datas verificadas mais acima, todas elas situadas no intervalo de tempo balizado pelos textos de 1079 e 1111, e, por este motivo, integradas nos episcopados de Paterno e de Crescónio de Coimbra. Nesta

**Quadro n.º 1.** Perícopes com referência ao ciclo lunar em diplomas oriundos do Entre-Minho-e-Mondego (séc. XI)

Data diplomática						Fase do ciclo lunar	Cartório	Notário	Fonte
Ano	Mês	Dia do mês	Dia da semana	Hora	Dia do calendário litúrgico				
1081	10	31	Domingo	Quarta-feira 2.ª/c. 7h00	–	24.ª	Mosteiro de S. Pedro de Pedroso	Paio	DC 599
1087	–	–	6.ª feira	6.ª/12h00	–	27.ª	Mosteiro de S. Pedro de Pedroso	Pedro	DC 694
1090	–	–	Sábado	3.ª/9h00	–	16.ª	Mosteiro de S. Pedro de Pedroso	Paio	DC 745
1092	4	13	Domingo	–	Domingo das Oitavas de Pentecostes	29.ª	Igreja de St.ª Maria da Sé de Coimbra	–	DC 775
1095	2	26	–	–	–	18.ª	Igreja de St.ª Maria da Sé de Coimbra	Salomão, presbítero	LP 302
1095	3	3	Sábado	–	–	23.ª	Mosteiro de S. Vicente de Vacariça	Fromarigo	LP 174
1095	3	3	Sábado	–	–	23.ª	Mosteiro de S. Salvador de Leça	Paio	LP 149
1097	4	9	5.ª feira	–	–	22.ª	Igreja de St.ª Maria da Sé de Coimbra	Paio	LP 509
1097	5	3	–	–	–	17.ª	Igreja de St.ª Maria da Sé de Coimbra	Paio	LP 293



altura, convém recordá-lo, a sede de diocese do Porto, cuja jurisdição se alargaria a Pedroso e a Leça, ainda não tinha sido restaurada.

A confirmar-se esta hipótese, seríamos levados a considerar a existência de outros círculos de produção historiográfica no Entre-Minho-e-Mondego nos finais do século XI, contemporâneos do trabalho desenvolvido nos mosteiros de St.º Tirso de Riba de Ave e de S. Salvador de Grijó. A singularidade desta hipótese residiria no facto de alargar o enquadramento sociológico do ato de redação de textos, uma vez que se integrariam neste âmbito duas instituições religiosas – os mosteiros de S. Salvador de Leça e de S. Vicente de Vacariça – implicados na oposição do moçarabismo ao romanismo na conjuntura de reforma litúrgica posterior ao Concílio de Burgos na fronteira ocidental. Em qualquer caso, registe-se que, à data de produção dos diplomas de 1095, estas duas instituições já integravam o padroado da igreja de St.ª Maria da Sé de Coimbra, como resultado da doação de Vacariça e suas dependências, entre as quais Leça, ao bispo Crescónio pelos condes Raimundo e Urraca, a 13 de Novembro de 1094. Sublinhe-se que esta instituição também produziu diplomas com referências à fase do ciclo lunar pela mesma altura. No caso de Pedroso, por fim, seríamos provavelmente confrontados com uma situação paralela às de St.º Tirso de Riba de Ave e de S. Salvador de Grijó, uma vez que, à data de produção dos diplomas de 1081, 1087 e 1090, este mosteiro também era protegido por famílias de infanções portugalenses emergentes na hierarquia política do reino e da fronteira, com o apoio da realeza leonesa.

### 3. Os manuscritos

Passemos seguidamente a uma breve caracterização dos manuscritos que conservaram e transmitiram até aos nossos dias os quatro textos que temos vindo a trabalhar, por ordem cronológica de produção. Fá-lo-emos de forma sintética, de maneira a podermos circunscrever os aspectos que melhor definem cada manuscrito. Daremos algumas referências que tornem possível a sua utilização como fonte para futuras edições críticas, conscientes de que os textos que aqui analisamos – à excepção dos *Anais de S. Mamede de Lorvão*, que se encontram apenas num único manuscrito – foram editados por David em 1947, a partir do cruzamento de vários manuscritos. Como teremos a oportunidade de verificar em cada entrada, estes textos já foram publicados quer em edições parciais, quer em edições integrais. Não obstante, tendo em conta as circunstâncias da sua publicação, podemos dizer que estas edições ainda não observam as metodologias de fixação textual mais criteriosas para a sua utilização como fontes históricas.

- 3.1. *Chronicon laurbanense (Anais de Lorvão)* – Texto escrito no verso do fólio de guarda do códice diplomático do mosteiro de S. Mamede de Lorvão intitulado *Livro dos testamentos*, nos finais da década de dez do século XII, por volta de 1118. É composto

por duas partes, escritas, em Latim, por mãos de dois escribas – ou de um escriba recorrendo a dois módulos gráficos diferentes – em letra visigótica de transição: a primeira, contendo os nomes de dez abades laurbanenses – de Justo a Eusébio (*Nomina abbatum*, [NA]) –; e a segunda, contendo os nomes de três reis leoneses – Ramiro II (931-951), Sancho I (956-966) e Bermudo II (982-999) (*Nomina regum*, [NR]) –, seguida de um relato historiográfico composto por seis efemérides analísticas. Contém uma série de notícias datadas ou datáveis de 866 a 1110 ([1109])<sup>2</sup>.

3.2. ***Chronicon alcobacense*** ou ***Chronicon complutense*** – Texto transmitido em duas cópias: uma, da década de trinta do século XII, no verso do fólio de guarda de um Homiliário do mosteiro de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra, escrito em 1139; outra, do século XIII, no primeiro fólio de um manuscrito do mosteiro de St.<sup>a</sup> Maria de Alcobaça, contendo uma colecção de crónicas designada como *Summa chronicarum*, posteriormente transferido para o colégio maior de St.<sup>o</sup> Ildefonso de Alcalá, onde, entre outras, se incluem obras da autoria de Eusébio de Cesareia, Jerónimo de Belém, Agostinho de Hipona, Sulpício Severo, Orósio de Braga, Próspero de Aquitânia, Hidácio de Chaves, Genádio de Marselha, Fulgêncio de Ruspe, Vítor de Tununa, João de Bíclaro, Isidoro de Sevilha, Ildefonso de Toledo e Isidoro de Beja; para além do relato da conquista de Coimbra por Fernando I, em 1064 (David, 1947, p. 311-312). No seu conjunto, os códices de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra e de St.<sup>a</sup> Maria de Alcobaça contêm uma série de notícias datadas ou datáveis de 987 a 1111<sup>3</sup>.

3.3. ***Chronicon lamecense (Anais de Lamego)*** – Texto escrito no fólio de guarda de um Martirológio-obituário da Sé de Lamego, em 1262. Contém uma série de notícias datadas ou datáveis de 987 a 1168<sup>4</sup>.

3.4. ***Chronicon conimbricense, Livro da Noa, Livro das eras*** ou ***Saltério das eras*** – Texto transmitido num livro litúrgico contendo as horas canónicas de Noa, correspondente a uma miscelânea de notícias escritas, em várias épocas, nos três cadernos finais de um Saltério de horas diurnas, compiladas entre 1362 e 1365. Pela sua complexidade, David designa-o como *Anais compilados de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra*. Os fólhos 5-12, do décimo terceiro caderno, e os fólhos 13-17 e 18-23 r.<sup>o</sup>, do décimo quarto, representam a recolha copiada por um mesmo escriba, por volta de 1362; enquanto que os fólhos 23 v.<sup>o</sup>-26 r.<sup>o</sup>, do décimo quarto caderno, contêm as notas de 1369 a 1405. É composto por duas partes: a primeira, redigida em Latim, com notícias datadas ou datáveis de 987 a 1168; a segunda, redigida em Português, com notícias datadas ou datáveis de 1296 a 1405, à exceção das notícias das mortes de Inês de Castro (1355)

2 Encontra-se publicado em SS, vol. I, p. 20 (cf., para os *nomina* abaciais, Rocha, 1730, p. 147; e, para os *nomina* régios, seguidos das seis efemérides analísticas, Ribeiro, t. IV, parte I, 1819, p. 175, apênd. n.º II, sob o título “Chronicon laurbanense”; uma transcrição das quatro primeiras efemérides, com alterações de leitura paleográfica e reprodução parafraseada, em Português, foi publicada em Cádegas, 1923, p. 277-278). A mais recente edição integral do cartulário pode ver-se em *Liber testamentorum coenobii laurbanensis (Estudios)*, Leão, Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro” – Caja España de Inversiones – Archivo Histórico Diocesano, 2008, doravante a edição de referência para o estudo destes anais.

3 Encontra-se publicado em SS, vol. I, p. 17-19.

4 Encontra-se publicado em SS, vol. I, p. 19-20.

e de Pedro I (1367), tal como da subida de Fernando I ao trono, neste último ano, redigidas ainda em Latim<sup>5</sup>.

- 3.5. **Breve chronicon alcobacense** – Texto escrito num Breviário do mosteiro de St.<sup>a</sup> Maria de Alcobaça, no século XIV. É composto por duas partes: a primeira, redigida em Latim, designada como *Chronicon alcobacense* I; e a segunda, redigida em Português, seguindo a *Crónica breve dita do Arquivo Nacional* e as *Crónicas breves e memórias avulsas do mosteiro de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra*<sup>6</sup>.
- 3.6. **Chronica Gothorum, Historia Gothorum** ou **Chronicon lusitanum** – Texto resumido na compilação designada como *Brevis chronica Gothorum* ou *Brevis historia Gothorum*, um resumo efetuado por Gaspar Álvares de Lousada Machado, secretário do arcebispo de Braga, Fr. Agostinho de Jesus, no século XVII<sup>7</sup>.
- 3.7. **Chronicon oliveirense (Anais de Oliveira)** – Texto escrito nos fôlios iniciais de um Martirológio pertencente à igreja de St.<sup>a</sup> Maria de Oliveira, dependente do mosteiro de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra, e copiado por mão de Gaspar Álvares de Lousada Machado, secretário do arcebispo de Braga, Fr. Agostinho de Jesus, no século XVII. Contém uma série de notícias datadas ou datáveis até 1245<sup>8</sup>.

O quadro que se segue sumaria estes dados.

**Quadro n.º 2.** Manuscritos da analítica monástica portugalense (séc. XII-XVII)

Texto	Manuscrito	Data de elaboração do manuscrito
<b>AST</b> (c. 1079)	<i>Livro da Noa II</i>	Séc. XIV
	<i>Chronica Gothorum</i>	Séc. XVII
<b>AG</b> (c. 1111)	Homiliário de 1139	Séc. XII
	<i>Summa chronicarum</i> (Recensão breve)	Séc. XIII
	<i>Chronica Gothorum</i> (Recensão longa)	Séc. XVII
<b>AL</b> (c. 1118)	<i>Livro dos testamentos</i> do mosteiro de Lorvão	Séc. XII
<b>ASC I</b> (c. 1169)	<i>Anais de Lamego</i> (Recensão breve)	Séc. XIII
	<i>Livro da Noa I</i>	Séc. XIV
	<i>Chronica Gothorum</i> (Recensão longa)	Séc. XVII

Para efeitos de análise da sequência de produção, receção, utilização e transmissão dos manuscritos que conservaram os quatro textos, devemos ter em conta que os *Anais de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave* e *S. Salvador de Grijó* foram refundidos no arquétipo

5 Encontra-se publicado parcialmente, sem a redação portuguesa, em SS, vol. I, p. 1-5.

6 Encontra-se publicado parcialmente, sem a redação portuguesa, em SS, vol. I, p. 20-22 (SS, vol. I, p. 22-23, para a *Crónica breve dita do Arquivo Nacional*; e SS, vol. I, p. 23-32, para as *Crónicas breves e memórias avulsas do mosteiro de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra*).

7 Encontra-se publicado em SS, vol. I, p. 8-17.

8 Encontra-se publicado em Feio, 1940, p. 33-36 (cf. transcrição das efemérides analíticas em Abreu, 1989, p. 101-102).

de finais do século XII conhecido como *Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra* I, formando um complexo de textos distinto dos *Anais de S. Mamede de Lorvão*. Se existem testemunhos de ambos os conjuntos datáveis deste século, recordemos que os dois primeiros textos só se conservaram como versões refundidas no terceiro, e que o terceiro e o quarto são, na verdade, os únicos que se conservam em manuscritos ligados às instituições em que tiveram origem. As cópias atualmente conhecidas não se interrompem com esta lista, uma vez que se conhecem exemplos ainda mais tardios, retomando a tradição textual fixada sobretudo entre os séculos XII e XIV, isto é, datáveis ainda da época medieval. As cópias modernas que se conservaram até nós são geralmente cópias parciais ou integrais de textos mais antigos, pelo que têm pouco interesse para a reconstituição dos primitivos testemunhos.

#### 4. As edições críticas

Embora os quatro textos já tenham sido publicados várias vezes, quer em edições parciais, quer em edições integrais, tanto em versões latinas, como em versões portuguesas, a edição de referência continua a ser a de David, conhecida como *Annales portugalenses veteres* ou *Anais portugalenses velhos*. Esta publicação foi dada à estampa em 1947, tendo por base uma outra, oitocentista, divulgada depois da aprovação dos estatutos da Academia Real das Ciências de Lisboa, fundada pela rainha Maria I, sob a influência de João Carlos de Bragança, duque de Lafões, e de Luís António Furtado de Castro de Rio de Mendonça e Faro, conde de Barbacena, junto com o P.<sup>e</sup> José Francisco Correia da Serra, em 1779, no contexto da emergência do espírito das Luzes em Portugal.

Podemos, portanto, dizer que foi num clima de renovação da historiografia portuguesa, então sob os auspícios da revitalização científica europeia segundo critérios metodológicos eruditos, que a Academia Real das Ciências publicou em 1856, sob a orientação de Alexandre Herculano, uma secção da colecção *Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintundecimum* (PMH) intitulada *Scriptores* (SS), onde se reuniram as primeiras edições dos vários manuscritos cuja caracterização efetuámos nas páginas anteriores. Não obstante o facto de David ter utilizado a edição oitocentista, o editor de 1947 também a cotejou com os manuscritos produzidos nas épocas medieval e moderna, dando à estampa neste ano um extenso artigo em que fixou a edição de referência do complexo analítico – à exceção dos *Anais de S. Mamede de Lorvão*, que nunca chegaram a integrar o círculo de transmissão de manuscritos iniciado pelos cónegos regantes de St.<sup>o</sup> Agostinho do mosteiro de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra e desenvolvido pelos monges cistercienses do mosteiro de St.<sup>a</sup> Maria de Alcobaça –, complementada por uma introdução e comentários de grande valor histórico e historiográfico.

## 5. A caracterização textual

Passemos agora à caracterização de cada texto, nomeadamente a nível interno. Apontaremos em primeiro lugar os elementos comuns às quatro compilações analíticas, para depois salientarmos os aspetos que as singularizam. Mais uma vez, fá-lo-emos de forma breve, assinalando apenas os vetores que consideramos essenciais à compreensão de cada texto.

O trabalho de crítica textual desenvolvido por David e seguido pela generalidade dos investigadores permitiu chegar à conclusão de que o complexo textual que viria a ser fixado pelos cónegos regantes de St.<sup>o</sup> Agostinho do mosteiro de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra nos finais do século XII era composto por três textos distintos nos seus condicionalismos sociais de produção. Quanto a este aspeto, cremos que já indicámos o que se pode considerar essencial para a sua identificação. Queríamos, no entanto, salientar alguns elementos recorrentes nos *Anais de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave, S. Salvador de Grijó e St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I*, pelo facto de nos demonstrarem um fundo de elaboração comum para que o editor do complexo chamou a atenção dos investigadores com a publicação da edição de referência.

Na peugada do trabalho de David, podemos distinguir três elementos na estruturação da analítica monástica portuguesa. Embora três dos quatro textos tenham sido reunidos num só nos finais do século XII, é hoje possível separá-los com base nos dados da crítica textual, e assim compreender de que forma se terá processado a sua receção na instituição que procedeu à sua refundição. Com efeito, David distingue três elementos estruturais na composição do complexo textual fixado em ambiente canonical crúzio: em primeiro lugar, o esquema cronológico da história dos Godos, da saída da sua terra de origem, em 311, à conquista da Hispânia pelos Sarracenos, em 711; em segundo, a relação incompleta dos nomes dos reis das Astúrias, de Pelágio a Afonso II, omitindo-se o de Bermudo I; e, em terceiro, as efemérides analíticas relativas ao passado da fronteira portuguesa e conimbricense, da conquista de Coimbra por Muḥammad ibn Abī ‘Āmīr al-Manṣūr, em 987, a três efemérides datadas de 1079, 1111 e 1169, que balizam cronologicamente cada relato, e, consequentemente, a data aproximada a que tem sido atribuída a compilação de cada texto.

### 5.1. O esquema da história dos Godos

Este primeiro elemento é-nos transmitido pelo *Livro da Noa II* e a *Chronica Gothorum*; o Homiliário de 1139 e a *Summa chronicarum*; e o *Livro da Noa I*, correspondentes respetivamente à Recensão longa (1079), à Recensão breve (1111) e à Recensão breve prolongada até 1168.

O esquema da história dos Godos é composto pelas seguintes ementas:

- **Era de 349/ano de 311:** saída dos Godos da sua terra de origem;
- **Era de 366/ano de 328:** entrada dos Godos na Hispânia, inaugurando trezentos e oitenta e três anos de domínio político na Península Ibérica;
- **Era de 656/ano de 618:** ocupação, “mais pela sorte, do que pelo mérito”, da Síria, Arábia e Mesopotâmia pelos Muçulmanos, sob o comando de Muḥammad, inaugurando o domínio político muçulmano em Damasco;
- **Era de 749/ano de 711:** expulsão dos Godos da Hispânia, no reinado de Vitiza;
- **Era de 749 ou 750/ano de 711 ou 712:** ocupação da Hispânia pelos Muçulmanos, no reinado de Rodrigo.

Estas ementas dizem respeito maioritariamente a acontecimentos políticos e militares que podemos identificar quer com campanhas góticas, quer com campanhas árabes no Mediterrâneo oriental e ocidental. O esquema dá-nos conta de um espectro cronológico que abrange a totalidade do domínio gótico na Hispânia, desde a saída deste povo da sua terra de origem e a concomitante entrada no território peninsular, até à sua expulsão no reinado de Vitiza e a concomitante ocupação árabe do território peninsular no reinado de Rodrigo. Encontra-se intercalada uma ementa relativa à expansão dos exércitos árabes pela Síria, Arábia e Mesopotâmia no tempo do profeta Muḥammad, contemporânea do estabelecimento do poder político muçulmano em Damasco.

Os Godos são sempre identificados pela sua etnia; os Muçulmanos, pelo contrário, pela sua religião. Embora as ementas sejam quase sempre omissas quanto ao nome dos protagonistas das efemérides, os reis Vitiza e Rodrigo surgem em paralelo com os Godos; e o profeta Muḥammad, com os Muçulmanos. Esta associação tem em conta um critério predominantemente político, porque relacionado com a chefia quer da etnia gótica, quer da comunidade muçulmana. Se a Hispânia é o palco da ação dos Godos e dos Muçulmanos, já a Síria, a Arábia e a Mesopotâmia se relacionam apenas com a movimentação dos segundos.

Tendo em conta os elementos expostos, podemos dizer que o esquema da história dos Godos procura fazer o enquadramento do domínio político desta etnia na história da Hispânia, bem expresso no facto de se sublinhar o número de anos – trezentos e oitenta e três – que este teria durado. Ao recordar o passado gótico da Hispânia, o autor destas ementas parece associar a história peninsular ao domínio político cristão, implicitamente reconhecido pela presença de uma comunidade que só se estabelece como resultado da expulsão dos primeiros e da ocupação militar protagonizada pelos segundos. Esta dicotomia parece prefigurar um tema recorrente na posterior produção letrada cristã, embora ainda sem relação direta com o ciclo cronístico que viria a ser redigido no reinado de Afonso III das Astúrias, durante o qual se estabelecem as bases

da ideologia letrada a que poderíamos ainda atribuir a designação tradicional – embora suscetível de ser revista à luz dos conhecimentos históricos e historiográficos atuais – de “Reconquista” cristã: a Hispânia é um território ilegitimamente subtraído às autoridades cristãs pelos exércitos muçulmanos. Este domínio parece ter perdurado vários séculos, tendo como principal consequência a sujeição do território peninsular a uma política de obliteração da identidade cristã das realidades hispânicas.

## 5.2. A relação dos nomes dos reis das Astúrias

Este segundo elemento é-nos veiculado pelo *Livro da Noa* II; o Homiliário de 1139 e a *Summa chronicarum*; e o *Livro da Noa* I, correspondentes respetivamente à Recensão longa (1079), à Recensão breve (1111) e à Recensão breve prolongada até 1168.

Desta relação constam os nomes de oito reis asturianos, de Pelágio a Afonso II – à exceção do de Bermudo I, que, a ser incluído nesta lista, perfaria um total de nove reis –, acompanhados pelo número de anos, meses ou mesmo dias de duração dos respetivos reinados:

- **Pelágio**: dezanove anos;
- **Fáfila**: dois anos e seis meses;
- **Afonso I**: dezoito ou dezanove anos, um mês e um dia;
- **Froila**: onze anos, cinco meses e vinte dias;
- **Auréli**: seis anos e seis meses;
- **Silo**: nove anos, um mês e um dia;
- **Mauregato**: cinco anos e seis meses;
- **Afonso II**: início do reinado no décimo oitavo dia das calendas de Outubro/14 de Setembro da era de 828/ano de 790, após oitenta e um anos de reinado cumulativamente representados pelos seus antecessores.

Se analisarmos os nomes que constam desta relação, verificamos que se encontra ausente o de Bermudo I. Não sabemos explicar as razões desta omissão. No actual estado das investigações, podemos apenas dizer que se encontram aí mencionados oito reis, dos quais um – Pelágio (711-737) – é identificado pelos anos de reinado; três – Fáfila (737-739), Auréli (768-774) e Mauregato (783-789) –, pelos anos e meses; e três – Afonso I (739-757), Froila (757-768) e Silo (774-783) –, pelos anos, meses e dias. Esta particularidade não pode ser explicada pela sucessão dos reis cujo nome consta da relação, uma vez que não se regista uma lógica sequencial na sua enumeração segundo os anos, meses e dias de reinado. Parece, pois, não haver um critério claro que justifique a opção tomada pelo autor da relação, quanto à identificação do tempo de reinado associado a cada rei.



Afonso II (791-842) é uma exceção nesta enumeração, uma vez que a ementa não chega propriamente a indicar o seu período de reinado. Embora se trate da ementa mais extensa, esta limita-se a registar o início do reinado deste monarca no décimo oitavo dia das calendas de Outubro/14 de Setembro da era de 828/ano de 790, tal como a relacioná-lo com o número de anos cumulativamente representado pelos períodos de reinado dos seus antecessores.

Se tivermos em conta que a ementa refere que os seus antecessores reinaram oitenta e um anos, somos obrigados a rever este número, uma vez que a soma dos elementos que constam de cada ementa dá setenta/setenta e um anos, vinte e cinco meses e vinte e dois dias. Isto significa que os oitenta e um anos de reinado mencionados na ementa não correspondem aos oitenta e um anos de reinado representados pelos antecessores de Afonso II. No entanto, se somarmos este número ao início do reinado de Pelágio, chegamos ao ano de 792, que, de facto, corresponde ao início do reinado de Afonso II. Senão vejamos:

**Quadro n.º 3.** Duração dos reinados de Pelágio a Afonso II, segundo a relação dos nomes dos reis das Astúrias

Rei	Reinado	Duração do reinado segundo a relação		
		Anos	Meses	Dias
Pelágio	711-737	19	–	–
Fáfila	737-739	2	6	–
Afonso I	739-757	18/19	1	1
Froila I	757-768	11	5	20
Aurélio	768-774	6	6	–
Silo	774-783	9	1	1
Mauregato	783-789	5	6	–
[Bermudo I]	[789-791]	[-]	[-]	[-]
Afonso II	791-842	–	–	–
<b>Total:</b>		70/71	25	22

Se subtrairmos a 792 os oitenta e um anos de reinado que a ementa faz corresponder ao governo dos antecessores de Afonso II, chegamos a 711, ano que marca o início do reinado de Pelágio. No entanto, os oitenta e um anos apenas ficam completos se considerarmos também o governo de Bermudo I, que reinou entre 789 e 791, data em que abdicou a favor de Afonso II.

Para David, Mattoso e Krus, a presença desta relação incompleta de nomes dos reis asturianos na analítica monástica portugalense pode ser explicada pela utilização de uma fonte perdida datável possivelmente de 792, isto é, do reinado de Afonso II. A hipótese é bastante plausível, embora deixe por explicar a razão pela qual se omite o nome de Bermudo I. A hipótese também deixa por explicar a relação de transmissão



textual entre esta fonte presumivelmente perdida e os textos de 1079, 1111 e 1169, que, ao contrário do de 1118, referenciam esta secção estrutural da analística monástica portugalense.

### 5.3. O esquema da história da fronteira portugalense e conimbricense

#### 5.3.1. *Os Anais de St.º Tirso de Riba de Ave*

Os *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave*<sup>9</sup> foram provavelmente escritos no mosteiro homónimo, do qual recebem o nome pelo facto de relatarem os feitos de três gerações de senhores da família da Maia: Gonçalo Trastamires, Mendo Gonçalves e Soeiro Mendes. A sua compilação teve lugar por volta de 1079, isto é, durante a progressão territorial da monarquia leonesa no Entre-Minho-e-Mondego, de que resultou a conquista de Seia (1055), Viseu (1057), Lamego (1058) e Coimbra (1064). Embora compilado no reinado de Afonso VI, o seu marco de referência cronológica é o reinado de seu pai e antecessor, Fernando I. Foi redigido no seio de uma comunidade de monges observantes da Regra de S. Bento, protegida por uma família da nobreza regional de média estirpe rival dos condes de Portucale.

O texto foi conservado sob a forma de cópia no *Livro da Noa II* e na *Chronica Gothorum*, elaborada pelos cónegos regnantes de St.º Agostinho do mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra nos finais do século XII. Contém dezoito notícias, na primeira versão, e vinte, na segunda. O seu relato estende-se de 987 a 1079, ou seja, da conquista de Coimbra por Muḥammad ibn Abī 'Āmir al-Manṣūr, ḥājib de Córdoba no governo do *amīr al-mu' minīn* omíada Hishām II al-Mu' ayyad, ao eclipse solar total sucedâneo da conquista de Cória pelo rei Afonso VI de Leão. A diacronia do relato é de cerca de noventa e dois anos.

O texto é composto pela seguinte sucessão de efemérides<sup>10</sup>:

- **Era de 1025 ou 1026/ano de 987 ou 988**: conquista de Coimbra por al-Manṣūr no terceiro dia das calendas de Julho/29 de Junho, abandono temporário da cidade por um período de sete anos e sua subsequente reconstrução, inaugurando um período de setenta anos de domínio político muçulmano na cidade;
- **Era de 1028 ou 1038/ano de 990 ou 1000**: conquista de Montemor-o-Velho por al-Manṣūr no quarto dia das nonas de Dezembro/2 de Dezembro;

9 A edição de referência dos *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave* é a que se encontra em APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da Noa II* e *Chronica Gothorum* (ed. Pierre David, Lisboa-Paris, 1947, p. 257-290, 293-299 e 313-340; texto nas p. 293-299). O texto encontra-se parcialmente reproduzido segundo a versão constante do *Livro da Noa II*, com alterações de leitura paleográfica, da era de 349/ano de 311 à de 1025/987, em *Fontes medievais da história de Portugal* (Seleção, prefácio e notas de Alfredo Pimenta), vol. I: *Anais e crónicas*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1948, p. 12-13; e, da era de 349/ano de 311 à de 1117/1079, em *Anais, crónicas breves e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra* (Textos publicados com uma introdução por António Cruz), Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1968, p. 27 e 69-88 (texto completo do *Livro da Noa*, intitulado *Livro das eras*).

10 As datas referenciadas são as que constam do texto. Para a sua crítica, cf. cronologia.

- **Era de 1033/ano de 995:** conquista de Aguiar de Sousa, território de Portucale, por al-Manşūr;
- **Era de 1046/ano de 1008:** morte do conde Mendo [Gonçalves] no segundo dia das nonas de Outubro/6 de Outubro;
- **Era de 1054/ano de 1016:** ataque normando ao castelo de Vermoim, território de Braga, residência do conde Alvito Nunes, no oitavo dia dos idos de Setembro/6 de Setembro;
- **Era de 1056/ano de 1018:** morte do rei Afonso V de Leão em Viseu; morte do conde Nuno Alvites;
- **Era de 1065 ou 1085/ano de 1027 ou 1047:** morte do rei Bermudo III de Leão;
- **Era de 1071/ano de 1033:** ocorrência de um eclipse solar e de um terramoto no terceiro dia das calendas de Julho/29 de Junho;
- **Era de 1072/ano de 1034:** conquista de Montemor-o-Velho por Gonçalo Trastamires nos idos ou no segundo dia dos idos de Novembro/12 ou 13 de Novembro e entrega do governo da praça aos Cristãos; morte do conde Mendo [Luz] ou [Nunes], nas margens do rio Gadianha, no nono dia das calendas de Janeiro/24 de Dezembro;
- **Era de 1076/ano de 1038:** morte de Gonçalo Trastamires em Avioso nas calendas de Setembro/1 de Setembro;
- **Era de 1083/ano de 1045:** arrancada do rei Bermudo III de Leão contra os Muçulmanos, liderados por “Cimeia” ou “Cemia”, na vila de Cesar, território do castelo de St.<sup>a</sup> Maria, nas calendas de Abril/1 de Abril;
- **Era de 1095/ano de 1057:** conquista de Lamego pelos reis Fernando I e Sancha de Leão no terceiro dia das calendas de Dezembro/29 de Novembro, Sábado, festa litúrgica do mártir S. Saturnino;
- **Era de 1095 ou 1096/ano de 1057 ou 1058:** conquista de Viseu, Seia, S. Martinho de Mouros, Travanca e Penalva, para além de outros castelos não-especificados, pelo rei Fernando I de Leão no oitavo dia das calendas de Agosto/25 de Julho, festa litúrgica do mártir S. Cucufate;
- **Era de 1102/ano de 1064:** conquista de Coimbra pelo rei Fernando I de Leão no oitavo dia das calendas de Agosto/25 de Julho, Sexta-feira, vigília da festa litúrgica do mártir S. Cristóvão;
- **Era de 1103/ano de 1065:** morte do rei Fernando I de Leão e seu sepultamento num mosteiro da cidade de Leão no sétimo dia das calendas de Janeiro/26 de Dezembro; morte de Mendo Gonçalves, filho de Gonçalo Trastamires, no sexto dia das calendas de Dezembro/26 de Novembro;
- **Era de 1109/ano de 1071:** batalha de Pedroso, lugar entre a cidade de Braga e o rio Cávado, travada entre as forças do rei Garcia II de Galiza e Portucale, filho de Fernando I de Leão, e os Portucalenses, liderados pelo conde Nuno Mendes, no décimo quinto dia das calendas de Fevereiro/18 de Janeiro, levando à morte do segundo e à fuga dos seus partidários;

- **Era de 1110/ano de 1072:** morte do rei Sancho II de Castela, filho de Fernando I de Leão, às portas de Zamora, nas nonas de Outubro/7 de Outubro, e apropriação do governo da Hispânia pelo seu irmão, o rei Afonso VI de Leão, e subsequente condução de novas campanhas de guerra e imposição de tributos contra os Muçulmanos;
- **Era de 1115/ano de 1077:** conquista de Cória pelo rei Afonso VI de Leão no mês de Setembro;
- **Era de 1117/ano de 1079:** ocorrência de um eclipse solar nas calendas de Julho/1 de Julho, 6.<sup>a</sup> hora do dia/12h00.

### 5.3.2. *Os Anais de S. Salvador de Grijó*

Os *Anais de S. Salvador de Grijó*<sup>11</sup> foram possivelmente redigidos no mosteiro homónimo, dele recebendo o nome pelo facto de narrarem feitos de duas gerações de senhores da família de Grijó: Soeiro Fromarigues e Nuno Soares. A sua compilação teve lugar cerca de 1111, ou seja, durante a progressão territorial da monarquia leonesa no Entre-Mondego-e-Tejo, de que resultou a tomada de Toledo (1085). Pode datar-se do reinado de Afonso VI. À semelhança dos *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave*, o texto foi escrito no seio de uma comunidade de monges observantes da Regra de S. Bento, patrocinada por uma família da nobreza regional de média estirpe aparentada com os senhores de Marnel, descendentes dos condes de Coimbra.

O texto foi conservado sob a forma de cópia no Homiliário de 1139, na *Summa chronicarum* (Recensão breve) e na *Chronica Gothorum* (Recensão longa), elaborada pelos cônegos regentes de St.º Agostinho do mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra nos finais do século XII. Contém dez notícias. O seu relato estende-se de 1085 a 1111, isto é, da conquista de Toledo pelo rei Afonso VI de Leão à conquista de Santarém por Sir ibn Abi Bakr, *qā' id* de Sevilha no governo do *amir al-muslimin* almorávida 'Alī ibn Yūsuf. A diacronia do relato é de cerca de vinte e seis anos.

O texto é composto pela seguinte sucessão de efemérides<sup>12</sup>:

- **Era de 1123/ano de 1085:** conquista de Toledo e Talavera de la Reina, para além de outros castelos não-especificados, pelo rei Afonso VI de Leão no oitavo dia das calendas de Junho/25 de Maio;

11 A edição de referência dos *Anais de S. Salvador de Grijó* é a que se encontra em APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica Gothorum* (ed. Pierre David, Lisboa-Paris, 1947, p. 257-290, 299-302 e 313-340; texto nas p. 299-302, excluindo-se a continuação de 1113 a 1122). O texto encontra-se parcialmente reproduzido segundo a versão constante da *Chronica Gothorum*, com alterações de leitura paleográfica, da era de 1147/ano de 1109 à de 1149/1111, em *Fontes...*, vol. I: *Anais...*, p. 25 (segue-se na antologia o texto completo da continuação de 1113 a 1122, nas p. 25-26); e, da era de 1123/ano de 1085 à de 1149/1111, em *Anais...*, p. 27-28. Não foram considerados para efeitos de análise os textos constantes de APV, Recensão breve (1111), secção IV, seg. Homiliário de 1139 e *Summa chronicarum*, e de APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção IV, seg. *Livro da Noa I e Anais de Lamego* (ed. Pierre David, Lisboa-Paris, 1947, p. 305 e 307).

12 As datas referenciadas são as que constam do texto. Para a sua crítica, cf. cronologia.

- **Era de 1125/ano de 1087:** batalha de Sagrajas (Sacrálias), nas imediações de Badajoz, travada entre as forças do rei Afonso VI de Leão e do *amīr al-muslimīn* almorávida Yūsuf ibn Tashfin, com a derrota dos Cristãos e o refúgio do monarca em Cória;
- **Era de 1129/ano de 1091:** morte do alvazil Sesnando [Davides] no oitavo dia das calendas de Setembro/25 de Agosto;
- **Era de 1131/ano de 1093:** conquista de Santarém, por um lado, e de Lisboa e Sintra, por outro, pelo rei Afonso VI de Leão nas vésperas das calendas de Maio/30 de Abril, Sábado, 9.<sup>a</sup> hora do dia/15h00, e nas vésperas das nonas de Maio/6 de Maio, Quinta-feira, respetivamente, acompanhada pelo regresso do monarca a Toledo e da entrega do governo da última praça aos Cristãos, sob o comando do conde Raimundo, marido de Urraca, e de Soeiro Mendes;
- **Era de 1147/ano de 1109:** morte do rei Afonso VI de Leão, filho de Fernando I de Leão no terceiro dia das calendas de Julho/29 de Junho, e início de um novo período de revoltas protagonizadas pelos Muçulmanos; conquista de Sintra pelo conde Henrique, marido de Teresa, no mês de Julho;
- **Era de 1148/ano de 1110:** emboscada dos Muçulmanos contra os Cristãos em Valada, nas imediações de Santarém, acompanhada pela morte de Soeiro Fromarigues, pai de Nuno Soares, e de Mido Crescones, pai de João Mides;
- **Era de 1149/1111:** conquista de Santarém por Sīr ibn Abī Bakr no sétimo dia das calendas de Junho/26 de Maio.

### 5.3.3. Os Anais de S. Mamede de Lervão

Os *Anais de S. Mamede de Lervão*<sup>13</sup> foram compilados no mosteiro homónimo, no seio de uma comunidade de monges observantes da Regra de S. Bento ainda fortemente influenciada pela sua matriz cultural moçárabe. A sua compilação teve lugar por volta de 1118, ou seja, depois da extinção (1109) e restauração (1116) da comunidade monástica beneditina, no priorado de Eusébio. Ocorreu quer no contexto de oposição política à monarquia leonesa e à ideologia apostólica compostelana registado no quadro das ações de resistência moçárabe à difusão da reforma litúrgica romano-franca, de que resultou a revolta da comunidade moçárabe de Coimbra e a atribuição de uma carta de foral aos vizinhos da cidade (1111); quer no contexto do recrudescimento das ofensivas almorávidas na fronteira ocidental, que levou ao

13 A edição de referência dos *Anais de S. Mamede de Lervão* é a que se encontra em *Liber testamentorum coenobii laurbanensis (Estudios)*, Leão, Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro” – Caja España de Inversiones – Archivo Histórico Diocesano, 2008. O texto encontra-se parcialmente reproduzido, com alterações de leitura paleográfica dos *nomina* abaciais patente em [NA], em Fr. Manuel da Rocha, *Portugal renascido. Tratado historico-critico-chronologico, em que à luz da verdade se dão manifestos os successos de Portugal do seculo decimo depois do nascimento de Christo Senhor Nosso*, Lisboa ocidental, Off. de Joseph Antonio da Sylva, 1730, p. 147; e dos *nomina* régios patente em [NR], seguidos das seis efemérides analísticas propriamente ditas, em João Pedro Ribeiro, *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*, t. IV, parte I, Lisboa, Na Typografia da Mesma Academia [R. das Sciencias de Lisboa], 1819, p. 175, apênd. n.º II (sob o título “Chronicon laurbanense”, posteriormente adotado também em SS, vol. I, p. 20); e SS, vol. I, p. 20. Foi igualmente transcrito, com tradução em Português, em Luís de Cácegas, “Idade Média. Notas de história e de crítica”, *Brotéria*, vol. XXI, fasc. IV, Julho de 1923, p. 277-278.

desvio da presença militar cristã nas frentes de combate contra o Islão e culminou com a destruição de Coimbra, bem como de várias outras fortificações da bacia do rio Mondego (1116-1117). O texto foi compilado no seio de uma comunidade de monges protegidos por famílias de cavaleiros moçárabes de Coimbra, Viseu e Seia, algumas das quais protagonizaram o confronto com os reis de Leão e os arcebispos de Santiago de Compostela.

O texto foi conservado, talvez sob a forma de cópia, no verso do fólio de guarda do códice diplomático chamado *Livro dos testamentos* do mosteiro de Lorvão (AN/TT, Ordem de Cister, *Mosteiro de Lorvão*, liv. 49 – ref.<sup>a</sup> PT-TT-MSML/49), elaborado pela comunidade de monges nos inícios do século XII. Contém seis notícias. O seu relato estende-se de 866 a 1110 ([1109]), isto é, da morte do rei Ordonho I das Astúrias e unção de Afonso III à morte do rei Afonso VI de Leão. A diacronia do relato é de cerca de duzentos e quarenta e três anos.

O texto é composto pela seguinte sucessão de efemérides<sup>14</sup>:

- **Era de 904/ano de 866**: morte do rei Ordonho I das Astúrias e unção de Afonso III como seu sucessor no dia de Pentecostes;
- **Era de 906/ano de 868**: conquista de Portucale por Vímara Peres;
- **Era de 911/ano de 873**: deslocação do rei Afonso III das Astúrias a Bama e morte de Vímara Peres, seis dias após a chegada do monarca;
- **Era de 916/ano de 878**: conquista de Coimbra pelo conde Hermenegildo [Guterres];
- **Era de 1102/ano de 1064**: conquista de Coimbra pelo rei Fernando I de Leão no mês de Julho, festa litúrgica do mártir S. Cristóvão;
- **Era de 1148/ano de 1110**: morte do rei Afonso VI de Leão no terceiro dia das calendas de Julho/29 de Junho.

#### 5.3.4. Os *Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I*

Os *Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I*<sup>15</sup> foram escritos no mosteiro homónimo, no seio de uma comunidade de cônegos regrantes de St.<sup>o</sup> Agostinho. A sua compilação teve lugar por volta de 1169, isto é, durante a progressão da monarquia portuguesa no Entre-Tejo-e-Guadiana, de que são exemplos a batalha de Ourique (1139) e a conquista

<sup>14</sup> As datas referenciadas são as que constam do texto. Para a sua crítica, cf. cronologia.

<sup>15</sup> A edição de referência dos *Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I* é a que se encontra em APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da Noa I e Anais de Lamego* (ed. Pierre David, Lisboa-Paris, 1947, p. 257-290, 308-310 e 313-340; texto nas p. 308-310). O texto encontra-se parcialmente reproduzido segundo a versão constante do *Livro da Noa I*, com alterações de leitura paleográfica, da era de 1177/ano de 1139 à de 1206/1168 em *Fontes...*, vol. I: *Anais...*, p. 10-11; e em *Anais...*, p. 69-88 (texto completo do *Livro da Noa*, intitulado *Livro das eras*). Foi traduzido para Português segundo a versão constante do *Livro da Noa I*, da era de 1154/ano de 1116 à de 1206/1168, em *Antologia da historiografia portuguesa* (Organização, prefácio e notas de A. H. de Oliveira Marques), vol. I: *Das origens a Herculano*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1974, p. 62-63. Em *Crónicas breves e memórias avulsas de S. Cruz de Coimbra* (Edições fac-similada, paleográfica e crítica, com anotações de Fernando Venâncio Peixoto da Fonseca), Lisboa, 2000, encontram-se os textos publicados, com o mesmo título, em SS, p. 23-32, não se reproduzindo aí nenhum excerto da versão por nós contemplada.

de Santarém, Sintra e Lisboa (1147). A sua compilação ocorreu sob o padroado de Afonso I, filho dos condes portugalenses Henrique e Teresa e primeiro representante da dinastia de Borgonha a ocupar o trono de Portugal.

O texto foi conservado sob a forma de cópia no *Livro da Noa I*, nos *Anais de Lamego* (Recensão breve) e na *Chronica Gothorum* (Recensão longa), elaborada pelos cónegos regantes de St.º Agostinho do mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra nos finais do século XII. Contém catorze notícias, na primeira versão, e treze, na segunda. O seu relato estende-se de 1109 a 1169, ou seja, da morte do rei Afonso VI de Leão à entrada de Geraldo [Geraldês], o *Sem Pavor*, em Badajoz. A diacronia do relato é de cerca de sessenta anos.

O texto é composto pela seguinte sucessão de efemérides<sup>16</sup>:

- **Era de 1147/ano de 1109**: morte do rei Afonso VI de Leão;
- **Era de 1154/ano de 1116**: entrada dos Muçulmanos no castelo de St.ª Olaia nas nonas de Julho/7 de Julho, Terça-feira, 9.ª hora do dia/15h00;
- **Era de 1155/ano de 1117**: assédio de Coimbra pelo *amīr al-muslimīn* almorávida ‘Ali ibn Yūsuf no décimo dia das calendas de Julho/22 de Junho, por um período de três semanas;
- **Era de 1160/ano de 1122**: ocorrência de um “ano mau”;
- **Era de 1177/ano de 1139**: batalha de Ourique, travada entre as forças do rei Afonso I de Portugal e os Muçulmanos, liderados por “Esmare” ou “Examare”, no mês de Julho, festa litúrgica do apóstolo S. Tiago, com a derrota da última facção;
- **Era de 1185/ano de 1147**: conquista de Santarém pelo rei Afonso I de Portugal; conquista de Lisboa, Sintra, Almada e Palmela pelo rei Afonso I de Portugal no mês de Outubro;
- **Era de 1190 ou 1192/ano de 1152 ou 1154**: nascimento do rei Sancho I de Portugal;
- **Era de 1195/ano de 1157**: morte do imperador [Afonso VII] da Hispânia no mês de Setembro; morte da rainha Mafalda de Portugal;
- **Era de 1196/ano de 1158**: conquista de Alcácer do Sal pelo rei Afonso I de Portugal;
- **Era de 1200/ano de 1162**: conquista de Beja, por intercessão da Providência divina, pelo rei Afonso I de Portugal;
- **Era de 1204/ano de 1166**: conquista de Évora, Moura e Serpa, por intercessão da Providência divina, pelo rei Afonso I de Portugal;
- **Era de 1206/ano de 1168**: entrada do alcaide Geraldo [Geraldês] em Badajoz no quinto dia das nonas de Maio/3 de Maio.

---

16 As datas referenciadas são as que constam do texto. Para a sua crítica, cf. cronologia.

## 6. As categorias da analística monástica portugalense

Apresentam-se seguidamente dois quadros cujo principal objetivo é reunir e sistematizar a informação constante das quatro compilações analísticas que temos vindo a caracterizar. A estruturação dos quadros procura dar conta das ementas que se referem quer aos locais, quer aos protagonistas de cada texto. Dado o carácter de síntese deste estudo, reservamos para um futuro trabalho a análise contextualizada dos elementos geográficos e prosopográficos presentes em cada compilação analística.

### 6.1. Geografia

**Quadro n.º 4.** Geografia da analística monástica portugalense (séc. XI-XII)<sup>17</sup>

Local	Ementa analística
Aguiar de Sousa	<b>995 &lt;d.t.&gt;</b> – Conquista de al-Manşūr.
Alcácer do Sal	<b>1158 &lt;d.t.&gt;</b> ([ <b>1160</b> ] <d.c.>) – Conquista do rei Afonso I de Portugal; [ <b>1160</b> ] – cf. <b>1158</b> .
Almada	<b>1147</b> ([ <b>Outubro</b> ]) ( <i>Livro da Noa I</i> ; <d.t.>) ou <b>1147, Outubro</b> ( <i>Anais de Lamego</i> ; <d.t.>) – Conquista do rei Afonso I de Portugal.
Avioso	<b>1038, Setembro, 1 &lt;d.t.&gt;</b> – <i>Locus mortis</i> de Gonçalo Trastamires.
Badajoz	[ <b>1086</b> ] – cf. <b>1087</b> ; <b>1087 &lt;d.t.&gt;</b> ([ <b>1086</b> ] <d.c.>) – Batalha de Sagrajas (Sacrálías), travada pelas forças do rei Afonso VI de Leão e as do <i>amīr al-muslimīn</i> almorávida Yūsuf ibn Tāshfin, levando à derrota do primeiro e ao seu refúgio em Cória. <b>1168</b> ([ <b>1169</b> ] <d.c.>), <b>Maio, 3</b> ( <i>Livro da Noa I</i> ; <d.t.>) ou <b>1169, Maio, 3</b> ( <i>Anais de Lamego</i> ; <d.t.>) – Entrada do alcaide Geraldo [Geraldēs], o <i>Sem Pavor</i> ; [ <b>1169</b> ], <b>Maio, 3</b> – cf. <b>1168, Maio, 3</b> .
Bama	<b>873 &lt;d.t.&gt;</b> – <i>Locus mortis</i> de Vímara Peres; local de chegada de Afonso III, seis dias antes da morte de Vímara Peres.
Beja	<b>1162 &lt;d.t.&gt;</b> – Conquista do rei Afonso I de Portugal, por intercessão da Providência divina.
Braga	<b>1016, Setembro, 6 &lt;d.t.&gt;</b> – Ataque normando ao castelo de Vermoim, residência do conde Alvito Nunes; <b>1071, Janeiro, 18</b> ([ <b>post. Fevereiro, 17</b> ] <d.c.>) ( <i>Chronica Gothorum</i> ; <d.t.>) – Batalha de Pedroso, travada, entre a cidade e o rio Cávado, pelas forças do rei Garcia de Galiza e Portucale, filho de Fernando I de Leão, e os Portucalenses, liderados pelo conde Nuno Mendes, levando à morte deste e à fuga dos seus partidários; <b>1071, [post. Fevereiro, 17]</b> – cf. <b>1071, Janeiro, 18</b> .

<sup>17</sup> Por se tratar de um levantamento efetuado a partir dos quatro textos analísticos, as referências geográficas constantes da primeira coluna do quadro são apresentadas por ordem alfabética, facilitando desta forma a sua consulta.



Cávado	<b>1071, Janeiro, 18</b> ([ <b>post. Fevereiro, 17</b> ] <d.c.>) ( <i>Chronica Gothorum</i> ; <d.t.>) – Batalha de Pedroso, travada nas imediações de Braga, entre a cidade e o rio, pelas forças do rei Garcia de Galiza e Portucale, filho de Fernando I de Leão, e os Portucalenses, liderados pelo conde Nuno Mendes, levando à morte deste e à fuga dos seus partidários; <b>1071, [post. Fevereiro, 17]</b> – cf. <b>1071, Janeiro, 18</b> .
Cesar	<b>[1035], Abril, 1</b> – cf. <b>1045, Abril, 1</b> ; <b>1045</b> ([ <b>1035</b> ] <d.c.>), <b>Abril, 1</b> <d.t.> – Arrancada do rei Bermudo III de Leão sobre os Muçulmanos, liderados por “Cimeia” ou “Cemia”, no território do castelo de St. <sup>a</sup> Maria.
Coimbra	<b>878</b> <d.t.> – Presúria do conde Hermenegildo [Guterres]; <b>987</b> ( <i>Livro da Noa II</i> ; <d.t.>) ou <b>988, Junho, 29</b> ( <i>Chronica Gothorum</i> ; <d.t.>) – Conquista de al-Manşūr, levando ao abandono temporário da cidade por sete anos e sua posterior reconstrução, inaugurando um período de setenta anos de domínio político muçulmano na cidade; <b>988, Junho, 29</b> – cf. <b>987</b> ; <b>1064, Julho, 25</b> ([9]), <b>Sexta-feira, vigília do dia de S. Cristóvão</b> <d.t.> ou <b>1064, Julho, [Sexta-feira]?, [vigília]? do dia de S. Cristóvão</b> ([9]?) <d.t.> – Conquista do rei Fernando I de Leão; <b>1117, Junho, 22</b> <d.t.> – Assédio do <i>amīr al-muslimīn</i> almorávida ‘Alī ibn Yūsuf, durante três semanas.
Cória	<b>1077, Setembro</b> <d.t.> – Conquista do rei Afonso VI de Leão; [ <b>1086</b> ] – cf. <b>1087</b> ; <b>1087</b> <d.t.> ([ <b>1086</b> ] <d.c.>) – Batalha de Sagrajas (Sacrálías), travada num lugar situado nas imediações de Badajoz, entre as forças do rei Afonso VI de Leão e as do <i>amīr al-muslimīn</i> almorávida Yūsuf ibn Tāshfin, levando à derrota do primeiro e ao seu refúgio na cidade.
Évora	<b>1166</b> <d.t.> – Conquista do rei Afonso I de Portugal, por intercessão da Providência divina.
Gadanha	<b>1034</b> ([ <b>1037</b> ] <d.c.> ou [ <b>1044</b> ] <d.c.>), <b>Dezembro, 24</b> ( <i>Livro da Noa II</i> ; <d.t.>) – <i>Locus mortis</i> do conde Mendo [Luz] ou [Nunes]; [ <b>1037</b> ], <b>Dezembro, 24</b> – cf. <b>1034, Dezembro, 24</b> ; [ <b>1044</b> ], <b>Dezembro, 24</b> – cf. <b>1034, Dezembro, 24</b> .
Hispania	<b>1072, Outubro, 7</b> ( <i>Livro da Noa II</i> ; <d.t.>) ou <b>1072</b> ( <i>Chronica Gothorum</i> ; <d.t.>) – Morte do rei Sancho II de Castela, filho de Fernando I de Leão, às portas de Zamora, e apropriação do governo do império pelo irmão, o rei Afonso VI de Leão, dando início a novas campanhas militares acompanhadas por uma política de tributação dos Muçulmanos; <b>1072</b> – cf. <b>1072, Outubro, 7</b> ; <b>1157, Setembro</b> <d.t.> – Morte do imperador [Afonso VII].
Lamego	<b>1057, Novembro, 29, Sábado, dia de S. Saturnino</b> <d.t.> – Conquista dos reis Fernando I e Sancha de Leão.
Leão	<b>1065, Dezembro, 26</b> <d.t.> – Morte do rei Fernando I de Leão e seu sepultamento num mosteiro da cidade.
Lisboa	<b>1093, Maio, 6, Quinta-feira</b> <d.t.> – Conquista do rei Afonso VI de Leão, seguida do regresso do monarca a Toledo e da entrega do governo de Sintra aos Cristãos, sob o comando do conde Raimundo, marido de Urraca, e de Soeiro Mendes; <b>1147</b> ([ <b>Outubro</b> ]) ( <i>Livro da Noa I</i> ; <d.t.>) ou <b>1147, Outubro</b> ( <i>Anais de Lamego</i> ; <d.t.>) – Conquista do rei Afonso I de Portugal.



Montemor-o-Velho	<b>990, Dezembro, 2</b> ( <i>Chronica Gothorum</i> ; <d.t.>) ou <b>1000, Dezembro, 2</b> ( <i>Livro da Noa II</i> ; <d.t.>) – Conquista de al-Manşūr; <b>1000, Dezembro, 2</b> – cf. <b>990, Dezembro, 2</b> ; <b>1034, Novembro, 12</b> ( <i>Chronica Gothorum</i> ; <d.t.>) ou <b>1034, Novembro, 13</b> ( <i>Livro da Noa II</i> ; <d.t.>) – Conquista de Gonçalo Trastamires; <b>1034, Novembro, 13</b> – cf. <b>1034, Novembro, 12</b> .
Moura	<b>1166 &lt;d.t.&gt;</b> – Conquista do rei Afonso I de Portugal, por intercessão da Providência divina.
Ourique	<b>1139, Julho, dia de S. Tiago ([25]) &lt;d.t.&gt;</b> – Batalha travada entre as forças do rei Afonso I de Portugal e os Muçulmanos, liderados por “Esmare” ou “Examare”, levando à derrota do segundo.
Palmela	<b>1147 ([Outubro])</b> ( <i>Livro da Noa I</i> ; <d.t.>) ou <b>1147, Outubro</b> ( <i>Anais de Lamego</i> ; <d.t.>) – Conquista do rei Afonso I de Portugal.
Pedroso	<b>1071, Janeiro, 18</b> ([post. Fevereiro, 17] <d.c.>) ( <i>Chronica Gothorum</i> ; <d.t.>) – Batalha travada nas imediações de Braga, entre a cidade e o rio Cávado, pelas forças do rei Garcia de Galiza e Portucale, filho de Fernando I de Leão, e os Portucalenses, liderados pelo conde Nuno Mendes, levando à morte deste e à fuga dos seus partidários; <b>1071, [post. Fevereiro, 17]</b> – cf. <b>1071, Janeiro, 18</b> .
Penalva	<b>1057 ([1058] &lt;d.c.&gt;), Julho, 25</b> ( <i>Livro da Noa II</i> ; <d.t.>) ou <b>1058, Julho, 25, dia de S. Cucufate</b> ( <i>Chronica Gothorum</i> ; <d.t.>) – Conquista do rei Fernando I de Leão; <b>[1058], Julho, 25</b> – cf. <b>1057, Julho, 25</b> .
Porto	<b>868 &lt;d.t.&gt;</b> – Presúria de Vimara Peres; <b>995 &lt;d.t.&gt;</b> – Sede do território de Aguiar de Sousa.
Portugal	<b>1157 &lt;d.t.&gt;</b> – Morte da rainha Mafalda.
St. <sup>a</sup> Maria da Feira	<b>[1035], Abril, 1</b> – cf. <b>1045, Abril, 1</b> ; <b>1045 ([1035] &lt;d.c.&gt;), Abril, 1 &lt;d.t.&gt;</b> – Arrancada do rei Bermudo III de Leão sobre os Muçulmanos, liderados por “Cimeia” ou “Cemia”, na vila de Cesar.
St. <sup>a</sup> Olaia	<b>1116, Julho, 7, Terça-feira, 15h &lt;d.t.&gt;</b> – Entrada dos Muçulmanos.
Sagrajas (Sacrálias)	<b>[1086]</b> – cf. <b>1087</b> ; <b>1087 &lt;d.t.&gt;</b> ( <b>[1086] &lt;d.c.&gt;</b> ) – Batalha travada nas imediações de Badajoz entre as forças do rei Afonso VI de Leão e as do <i>amir al-muslimin</i> almorávida Yūsuf ibn Tāshfin, levando à derrota do primeiro e ao seu refúgio em Cória.
Santarém	<b>1093, Abril, 30, Sábado, 15h &lt;d.t.&gt;</b> – Conquista do rei Afonso VI de Leão; <b>1110 &lt;d.t.&gt;</b> – Emboscada dos Muçulmanos contra os Cristãos em Valada, levando à morte de Soeiro Fromarigues, pai de Nuno Soares, e de Mido Crescones, pai de João Mides; <b>1111, Maio, 26 &lt;d.t.&gt;</b> – Conquista de Sir ibn Abī Bakr; <b>1147, [Outubro] &lt;d.t.&gt;</b> – Conquista do rei Afonso I de Portugal.
S. Martinho de Mouros	<b>1057 ([1058] &lt;d.c.&gt;), Julho, 25</b> ( <i>Livro da Noa II</i> ; <d.t.>) ou <b>1058, Julho, 25, dia de S. Cucufate</b> ( <i>Chronica Gothorum</i> ; <d.t.>) – Conquista do rei Fernando I de Leão; <b>[1058], Julho, 25</b> – cf. <b>1057, Julho, 25</b> .
Seia	<b>1057 ([1058] &lt;d.c.&gt;), Julho, 25</b> ( <i>Livro da Noa II</i> ; <d.t.>) ou <b>1058, Julho, 25, dia de S. Cucufate</b> ( <i>Chronica Gothorum</i> ; <d.t.>) – Conquista do rei Fernando I de Leão; <b>[1058], Julho, 25</b> – cf. <b>1057, Julho, 25</b> .
Serpa	<b>1166 &lt;d.t.&gt;</b> – Conquista do rei Afonso I de Portugal, por intercessão da Providência divina.

Sintra	<b>1093, Maio, 6, Quinta-feira &lt;d.t.&gt;</b> – Conquista do rei Afonso VI de Leão, seguida do regresso do monarca a Toledo e da entrega do governo da fortificação aos Cristãos, sob o comando do conde Raimundo, marido de Urraca, e de Soeiro Mendes; <b>1109, Julho &lt;d.t.&gt;</b> – Conquista do conde Henrique, marido de Teresa; <b>1147 ([Outubro]) (<i>Livro da Noa I</i>; &lt;d.t.&gt;)</b> ou <b>1147, Outubro (<i>Anais de Lamego</i>; &lt;d.t.&gt;)</b> – Conquista do rei Afonso I de Portugal.
Sousa	<b>995 &lt;d.t.&gt;</b> – Conquista de Aguiar, território de Portucale, por al-Manşūr.
Talavera de la Reina	<b>1085, Maio, 25 &lt;d.t.&gt;</b> – Conquista do rei Afonso VI de Leão.
Toledo	<b>1085, Maio, 25 &lt;d.t.&gt;</b> – Conquista do rei Afonso VI de Leão.
Travanca	<b>1057 ([1058] &lt;d.c.&gt;), Julho, 25 (<i>Livro da Noa II</i>; &lt;d.t.&gt;)</b> ou <b>1058, Julho, 25, dia de S. Cucufate (<i>Chronica Gothorum</i>; &lt;d.t.&gt;)</b> – Conquista do rei Fernando I de Leão; [1058], Julho, 25 – cf. 1057, Julho, 25.
Valada	<b>1110 &lt;d.t.&gt;</b> – Emboscada dos Muçulmanos contra os Cristãos nas imediações de Santarém, levando à morte de Soeiro Fromarigues, pai de Nuno Soares, e de Mido Crescones, pai de João Mides.
Vermoim	<b>1016, Setembro, 6 &lt;d.t.&gt;</b> – Ataque normando no território de Braga, residência do conde Alvito Nunes.
Viseu	<b>1018 &lt;d.t.&gt; ([1028] &lt;d.c.&gt;)</b> – <i>Locus mortis</i> do rei Afonso V de Leão; [1028] – cf. 1018; <b>1057 ([1058] &lt;d.c.&gt;), Julho, 25 (<i>Livro da Noa II</i>; &lt;d.t.&gt;)</b> ou <b>1058, Julho, 25, dia de S. Cucufate (<i>Chronica Gothorum</i>; &lt;d.t.&gt;)</b> – Conquista do rei Fernando I de Leão; [1058], Julho, 25 – cf. 1057, Julho, 25.

A análise do quadro apresentado permite-nos dizer que a geografia analística é essencialmente urbana e relativa a todo o território hispânico, embora com particular incidência entre os rios Minho e Guadiana. Este facto compreende-se se tivermos em conta que os textos de 1079, 1111 e 1169 refletem a progressão das guerras de conquista e reconquista entre a Cristandade e o Islão na faixa atlântica peninsular, com a particularidade de o primeiro mencionar localidades situadas entre os rios Minho e Mondego; o segundo, entre o Mondego e o Tejo; e o terceiro, entre o Tejo e o Guadiana. Isto significa que parece haver um encadeamento nos relatos transmitidos pelos três textos, facto que, em nosso entender, deve ser um testemunho da refundição operada nos finais do século XII. É, pois, possível que os dois primeiros textos tenham sido truncados ou até alterados pelos cónegos regnantes de St.<sup>o</sup> Agostinho, com o objetivo de associar a continuação de 1169 aos textos de 1079 e de 1111. De qualquer forma, o predomínio de localidades urbanas indica que a cidade – e, sobretudo, a cidade fortificada – continua a ser vista pelos analistas como um lugar de grande importância estratégica, talvez devido à função que desempenhava como centro da administração civil e militar, e por isso também como núcleo polarizador da rede de povoamento à escala local e regional.

Não admira, pois, que os analistas acompanhem a progressão geográfica dos exércitos cristãos no Entre-Minho-e-Mondego, assinalando as efemérides militares que marcaram a história das relações entre a Cristandade e o Islão. No primeiro caso, Coimbra parece estar no centro das atenções do analista, que relaciona esta cidade quer com a campanha de Muḥammad ibn Abī ‘Āmir al-Manṣūr, em 987, quer com a de Fernando I, em 1064. Paralelamente, importa destacar o papel que é igualmente conferido às campanhas de Lamego, em 1057, e Viseu, em 1058, pelo facto de ambas se deverem à ação de Fernando I. Neste passo, importa ainda sublinhar que as três campanhas são associadas pelo analista ao calendário cristão: ao identificar as conquistas de 1057, 1058 e 1064 com os dias das festas litúrgicas dos mártires S. Cucufate de Barcelona, S. Saturnino de Tolosa e S. Cristóvão da Lícia, respetivamente, o analista inscreve estas três efemérides no plano das comemorações litúrgicas da Igreja, dando assim à ação de Fernando I uma dimensão providencial e especialmente protegida por mártires que morreram na defesa da fé cristã.

No segundo, Toledo concentra a atenção do analista, que não só inicia o seu relato com a campanha de 1085, como lhe confere um grande destaque em termos narrativos. Para além desta, importa também destacar a campanha que levou à primeira incorporação das fortificações de Santarém, Sintra e Lisboa na esfera de influência cristã, por esta marcar o momento em que a autoridade régia – neste caso, Afonso VI – delega poderes administrativos sobre os condes Raimundo e Urraca, junto com um dos senhores que representava à época uma família da nobreza de média estirpe emergente na hierarquia social da região: Soeiro Mendes de Grijó.

No terceiro, por fim, é à batalha de Ourique que devemos atribuir especial atenção, uma vez que este conflito marca um ponto de viragem na narrativa do analista crúzio: antes de 1139, o relato é marcado por sucessivas derrotas, sobretudo na região de Coimbra; depois de 1139, pelo contrário, torna-se evidente que o relato é construído em função das consecutivas vitórias militares que Afonso I alcançou sobre os Muçulmanos entre os rios Tejo e Guadiana, das quais se destaca a campanha de Santarém, Sintra, Lisboa, Almada e Palmela, em 1147, bem como todas as que, no território a Sul do Tejo, foram obtidas por intercessão da Providência divina.

O texto de 1118, por sua vez, embora igualmente associado às guerras de conquista e reconquista contra o Islão, coloca antes a tónica na movimentação das autoridades condaís asturianas, de que são exemplos as ações de presúria de Vímara Peres em Portucale, em 868, e de Hermenegildo [Guterres] em Coimbra, em 878. Estes factos demarcam-se dos restantes, sobretudo porque, à data em que os anais são fixados, o Condado Portugalense, administrado pela condessa Teresa, mulher de Henrique, morto poucos anos antes, já se tinha constituído como resultado da reunião dos dois condados da fronteira ocidental fundados no tempo de Afonso III – o rei solenemente sagrado no dia de Pentecostes, após a morte de Ordonho I, segundo

o analista –, administrados pelas famílias descendentes dos presores asturianos. Se Fernando I é novamente associado à conquista de Coimbra, seu filho, Afonso VI, com o qual a congregação religiosa havia mantido relações pouco pacíficas devido à extinção do mosteiro, é recordado apenas a propósito da sua morte. Neste sentido, embora predominantemente urbana, a geografia analística parece estar relacionada sobretudo com a política de expansão dos interesses régios e condaís na faixa atlântica peninsular: o texto prefigura a génese dos condados da fronteira ocidental após duas presúrias, e, ao associar a sua memória à dos respetivos presores, parece sublinhar o momento em que se funda a autonomia política da fronteira ocidental, a Sul do rio Minho, do reino de Astúrias-Leão, bem como o momento em que se estabelecem os ascendentes das famílias que haveriam de governar a região, em nome da monarquia asturiano-leonesa, entre os finais do século IX e os finais do XI.

Por fim, não podemos deixar de destacar a importância que Coimbra tem por ser a cidade mais referida pelos quatro analistas. Com efeito, Coimbra é citada em todos os textos e associada a várias efemérides: a presúria cristã, em 878; a conquista muçulmana, em 987; o início da ocupação muçulmana, em 994; a reconquista cristã, em 1064; e o assédio muçulmano, em 1117. O acontecimento mais referido é a conquista de Fernando I, talvez por marcar o derradeiro momento de fixação da fronteira entre a Cristandade e o Islão na bacia do rio Mondego. São cinco efemérides relacionadas entre si, porque marcam a alternância de domínio político na cidade. Tal facto adquire outros contornos, se tivermos em conta que o arquétipo crúzio foi produzido num mosteiro situado nesta mesma cidade, aliás fundado e protegido por Afonso I e os seus descendentes.

## 6.2. Prosopografia

**Quadro n.º 5.** Prosopografia da analística monástica portugalense (séc. XI-XII)<sup>18</sup>

Nome	Identificação	Ementa analística
Afonso I	Rei de Portugal	<p><b>1139, Julho, dia de S. Tiago ([25]) &lt;d.t.&gt;</b> – Batalha de Ourique, travada entre as forças do rei de Portugal e os Muçulmanos, liderados por “Esmare” ou “Examare”, levando à derrota do segundo;</p> <p><b>1147, [Outubro] &lt;d.t.&gt;</b> – Conquista de Santarém;</p> <p><b>1147 ([Outubro]) (<i>Livro da Noa I</i>; &lt;d.t.&gt;)</b> ou <b>1147, Outubro (<i>Anais de Lamego</i>; &lt;d.t.&gt;)</b> – Conquista de Lisboa, Sintra, Almada e Palmela;</p> <p><b>1158 &lt;d.t.&gt; ([1160] &lt;d.c.&gt;)</b> – Conquista de Alcácer do Sal;</p> <p><b>[1160]</b> – cf. <b>1158</b>;</p> <p><b>1162 &lt;d.t.&gt;</b> – Conquista de Beja, por intercessão da Providência divina;</p> <p><b>1166 &lt;d.t.&gt;</b> – Conquista de Évora, Moura e Serpa, por intercessão da Providência divina.</p>

<sup>18</sup> Por se tratar de um levantamento efetuado a partir dos quatro textos analísticos, as referências prosopográficas constantes da primeira coluna do quadro são apresentadas por ordem alfabética, facilitando desta forma a sua consulta.

Nome	Identificação	Ementa analítica
Afonso III	Rei das Astúrias	<b>866 &lt;d.t.&gt;</b> – União régia no dia de Pentecostes; <b>873 &lt;d.t.&gt;</b> – Chegada a Bama, seis dias antes da morte de Vímara Peres.
Afonso V	Rei de Leão	<b>1018 &lt;d.t.&gt;</b> ([ <b>1028</b> ] <d.c.>) – Morte em Viseu; [ <b>1028</b> ] – cf. <b>1018</b> .
Afonso VI	Rei de Leão	<b>1072, Outubro, 7</b> ( <i>Livro da Noa II</i> ; <d.t.>) ou <b>1072</b> ( <i>Chronica Gothorum</i> ; <d.t.>) – Morte do rei Sancho II de Castela, filho de Fernando I de Leão, às portas de Zamora, e apropriação do governo da Hispânia pelo irmão, o rei de Leão, dando início a novas campanhas militares acompanhadas por uma política de tributação dos Muçulmanos; <b>1072</b> – cf. <b>1072, Outubro, 7</b> ; <b>1077, Setembro &lt;d.t.&gt;</b> – Conquista de Córdia; <b>1085, Maio, 25 &lt;d.t.&gt;</b> – Conquista de Toledo e Talavera de la Reina, para além de outros castelos não-especificados; [ <b>1086</b> ] – cf. <b>1087</b> ; <b>1087 &lt;d.t.&gt;</b> ([ <b>1086</b> ] <d.c.>) – Batalha de Sagrajas (Sacrálías), travada num lugar situado nas imediações de Badajoz, entre as forças do rei de Leão e as do <i>amir al-muslimin</i> almorávida Yūsuf ibn Tāshfīn, levando à derrota do primeiro e ao seu refúgio em Córdia; <b>1093, Abril, 30, Sábado, 15h &lt;d.t.&gt;</b> – Conquista de Santarém; <b>1093, Maio, 6, Quinta-feira &lt;d.t.&gt;</b> – Conquista de Lisboa e Sintra, seguida do regresso do monarca a Toledo e da entrega do governo da segunda fortificação aos Cristãos, sob o comando do conde Raimundo, marido de Urraca, e de Soeiro Mendes; <b>1109 &lt;d.t.&gt;</b> ou <b>1109, Junho, 29 &lt;d.t.&gt;</b> ou <b>1110</b> ([ <b>1109</b> ] <d.c.>), <b>Junho, 29 &lt;d.t.&gt;</b> – Morte; novo período de revoltas muçulmanas; <b>1109, Junho, 29</b> – cf. <b>1109</b> ; <b>1110, Junho, 29</b> – cf. <b>1109</b> .
[Afonso VII]	Rei de Leão e Imperador das Hispânicas	<b>1157, Setembro &lt;d.t.&gt;</b> – Morte.
‘Alī ibn Yūsuf	Emir almorávida	<b>1117, Junho, 22 &lt;d.t.&gt;</b> – Assédio de Coimbra durante três semanas.
Alvito Nunes	Conde de Portucale	<b>1016, Setembro, 6 &lt;d.t.&gt;</b> – Ataque normando ao castelo de Vermoim, território de Braga.
Ariano	Abade do mosteiro de Lorvão	Ref. <sup>a</sup> em AL, [NA].
Benjamim	Abade do mosteiro de Lorvão	<b>987, Agosto, 8 &lt;d.t.&gt;</b> – Morte (AL, [NA]).
Bermudo II	Rei de Leão	Ref. <sup>a</sup> em AL, [NR].

Nome	Identificação	Ementa analítica
Bermudo III	Rei de Leão	<b>1027</b> ( <i>Livro da Noa II</i> ; <d.t.>) ou <b>1047</b> ( <i>Chronica Gothorum</i> ; <d.t.>) ([1037] <d.c.>) – Morte; [1037] – cf. <b>1027</b> ; [1035], <b>Abril, 1</b> – cf. <b>1045, Abril, 1</b> ; <b>1045</b> ([1035] <d.c.>), <b>Abril, 1</b> <d.t.> – Arrancada sobre os Muçulmanos, liderados por “Cimeia” ou “Cemia”, na vila de Cesar, território do castelo de St. <sup>a</sup> Maria; <b>1047</b> – cf. <b>1027</b> .
“Cimeia” ou “Cemia”	Caudilho muçulmano	[1035], <b>Abril, 1</b> – cf. <b>1045, Abril, 1</b> ; <b>1045</b> ([1035] <d.c.>), <b>Abril, 1</b> <d.t.> – Arrancada do rei Bermudo III de Leão sobre os Muçulmanos, na vila de Cesar, território do castelo de St. <sup>a</sup> Maria.
Dulcídio	Abade do mosteiro de Lervão	Ref. <sup>a</sup> em AL, [NA].
“Esmare” ou “Examare”	Caudilho muçulmano	<b>1139, Julho, dia de S. Tiago</b> ([25]) <d.t.> – Batalha de Ourique, travada entre as forças do rei Afonso I de Portugal e os Muçulmanos, levando à derrota do caudilho.
Eusébio	Abade do mosteiro de Lervão	<b>1116, Março, 19</b> <d.t.> – Ordenação abacial; <b>1118, Fevereiro, 27</b> <d.t.> – Morte.
Fernando I	Rei de Leão	<b>1057, Novembro, 29, Sábado, dia de S. Saturnino</b> <d.t.> – Conquista de Lamego; <b>1057</b> ([1058] <d.c.>), <b>Julho, 25</b> ( <i>Livro da Noa II</i> ; <d.t.>) ou <b>1058, Julho, 25, dia de S. Cucufate</b> ( <i>Chronica Gothorum</i> ; <d.t.>) – Conquista de Viseu, Seia, S. Martinho de Mouros, Travanca e Penalva, para além de outros castelos não-especificados; [1058], <b>Julho, 25</b> – cf. <b>1057, Julho, 25</b> ; <b>1064, Julho, 25</b> ([9]), <b>Sexta-feira, vigília do dia de S. Cristóvão</b> <d.t.> ou <b>1064, Julho, [Sexta-feira]?, [vigília]? do dia de S. Cristóvão</b> ([9]?) <d.t.> – Conquista de Coimbra; <b>1065, Dezembro, 26</b> <d.t.> – Morte e sepultamento num mosteiro da cidade de Leão; <b>1071, Janeiro, 18</b> ([post. Fevereiro, 17] <d.c.>) ( <i>Chronica Gothorum</i> ; <d.t.>) – Identificação como pai do rei García II de Galiza e Portucale; <b>1071</b> , [post. Fevereiro, 17] – cf. <b>1071, Janeiro, 18</b> ; <b>1072, Outubro, 7</b> ( <i>Livro da Noa II</i> ; <d.t.>) ou <b>1072</b> ( <i>Chronica Gothorum</i> ; <d.t.>) – Identificação como pai dos reis Sancho II de Castela e Afonso VI de Leão; <b>1072</b> – cf. <b>1072, Outubro, 7</b> ; <b>1109</b> <d.t.> ou <b>1109, Junho, 29</b> <d.t.> ou <b>1110</b> ([1109] <d.c.>), <b>Junho, 29</b> <d.t.> – Identificação como pai do rei Afonso VI de Leão; <b>1109, Junho, 29</b> – cf. <b>1109</b> ; <b>1110, Junho, 29</b> – cf. <b>1109</b> .

Nome	Identificação	Ementa analítica
Garcia II	Rei de Galiza e Portucale	<b>1071, Janeiro, 18</b> ([ <b>post. Fevereiro, 17</b> ] <d.c.>) ( <i>Chronica Gothorum</i> ; <d.t.>) – Batalha de Pedroso, travada nas imediações de Braga, entre a cidade e o rio Cávado, pelas forças do rei, filho de Fernando I de Leão, e os Portucalenses, liderados pelo conde Nuno Mendes, levando à morte deste e à fuga dos seus partidários; <b>1071, [post. Fevereiro, 17]</b> – cf. <b>1071, Janeiro, 18</b> .
Geraldo [Geraldês]	Alcaide	<b>1168</b> ([ <b>1169</b> ] <d.c.>), <b>Maio, 3</b> ( <i>Livro da Noa I</i> ; <d.t.>) ou <b>1169, Maio, 3</b> ( <i>Anais de Lamego</i> ; <d.t.>) – Entrada em Badajoz; [ <b>1169</b> ], <b>Maio, 3</b> – cf. <b>1168, Maio, 3</b> .
Gonçalo Trastamires	Infância da família dos senhores da Maia	<b>1034, Novembro, 12</b> ( <i>Chronica Gothorum</i> ; <d.t.>) ou <b>1034, Novembro, 13</b> ( <i>Livro da Noa II</i> ; <d.t.>) – Conquista de Montemor-o-Velho; <b>1034, Novembro, 13</b> – cf. <b>1034, Novembro, 12</b> ; <b>1038, Setembro, 1</b> <d.t.> – Morte em Avioso; <b>1065, Novembro, 26</b> ( <i>Chronica Gothorum</i> ; <d.t.>) – Identificação como pai de Mendo Gonçalves.
Henrique	Duque de Borgonha e Conde portucale	<b>1109, Julho</b> <d.t.> – Conquista de Sintra.
Hermenegildo [Guterres]	Presor de Coimbra	<b>878</b> <d.t.> – Presúria de Coimbra.
João Mides	Cavaleiro de Coimbra	<b>1110</b> <d.t.> – Identificação como filho de Mido Crescones.
João	Abade do mosteiro de Lorvão	Ref. <sup>a</sup> em AL, [NA].
Justo	Abade do mosteiro de Lorvão	Ref. <sup>a</sup> em AL, [NA].
Mafalda	Rainha de Portugal e mulher de Afonso I	<b>1157</b> <d.t.> – Morte.
Al-Manşūr	General amiriada	<b>987</b> ( <i>Livro da Noa II</i> ; <d.t.>) ou <b>988, Junho, 29</b> ( <i>Chronica Gothorum</i> ; <d.t.>) – Conquista de Coimbra, levando ao abandono temporário da cidade por sete anos e sua posterior reconstrução, inaugurando um período de setenta anos de domínio político muçulmano na cidade; <b>988, Junho, 29</b> – cf. <b>987</b> ; <b>990, Dezembro, 2</b> ( <i>Chronica Gothorum</i> ; <d.t.>) ou <b>1000, Dezembro, 2</b> ( <i>Livro da Noa II</i> ; <d.t.>) – Conquista de Montemor-o-Velho; <b>995</b> <d.t.> – Conquista de Aguiar de Sousa, território de Portucale; <b>1000, Dezembro, 2</b> – cf. <b>990, Dezembro, 2</b> .

Nome	Identificação	Ementa analítica
Mendo Gonçalves	Infância da família dos senhores da Maia	<b>1065, Novembro, 26</b> ( <i>Chronica Gothorum</i> ; <d.t.>) – Morte.
Mendo [Gonçalves]	Conde de Portucale	<b>1008, Outubro, 6</b> <d.t.> – Morte.
Mendo [Luz] ou Mendo [Nunes]	Conde de Portucale	<b>1034</b> ([1037] <d.c.> ou [1044] <d.c.>), <b>Dezembro, 24</b> ( <i>Livro da Noa II</i> ; <d.t.>) – Morte nas margens do Gadanha; [1037], <b>Dezembro, 24</b> – cf. <b>1034, Dezembro, 24</b> ; [1044], <b>Dezembro, 24</b> – cf. <b>1034, Dezembro, 24</b> .
Mestúlio	Abade do mosteiro de Lorvão	[ <b>985, Agosto, 12</b> <d.t.> – “Santíssimo varão”, mestre do abade Primo] (AL, [NA]).
Mido Crescones	Cavaleiro de Coimbra	<b>1110</b> <d.t.> – Morte; identificação como pai de João Mides.
Nuno Alvites	Conde de Portucale	<b>1018</b> <d.t.> ([1028] <d.c.>) – Morte do “magno conde”; [1028] – cf. <b>1018</b> .
Nuno Mendes	Conde de Portucale	<b>1071, Janeiro, 18</b> ([post. Fevereiro, 17] <d.c.>) ( <i>Chronica Gothorum</i> ; <d.t.>) – Batalha de Pedroso, travada nas imediações de Braga, entre a cidade e o rio Cávado, pelas forças do rei Garcia de Galiza e Portucale, filho de Fernando I de Leão, e os Portucalenses, liderados pelo conde, levando à morte deste e à fuga dos seus partidários; <b>1071, [post. Fevereiro, 17]</b> – cf. <b>1071, Janeiro, 18</b> .
Nuno Soares	Infância da família dos senhores de Grijó	<b>1110</b> <d.t.> – Identificação como filho de Soeiro Mendes.
Ordonho I	Rei das Astúrias	<b>866</b> <d.t.> – Morte.
Primo	Abade do mosteiro de Lorvão	<b>985, Agosto, 12</b> <d.t.> – Morte (AL, [NA]).
Raimundo	Conde de Borgonha e Conde portucale	<b>1093, Maio, 6, Quinta-feira</b> <d.t.> – Conquista de Lisboa e Sintra pelo rei Afonso VI de Leão, seguida do regresso do monarca a Toledo e da entrega do governo da segunda fortificação aos Cristãos, sob o comando do conde, marido de Urraca, e de Soeiro Mendes.
Ramiro	Abade do mosteiro de Lorvão	Ref. <sup>a</sup> em AL, [NA].
Ramiro II	Rei de Leão	Ref. <sup>a</sup> em AL, [NR].
Sancha	Rainha de Leão e mulher de Fernando I	<b>1057, Novembro, 29, Sábado, dia de S. Saturnino</b> <d.t.> – Conquista de Lamego.



Nome	Identificação	Ementa analítica
Sancho I	Rei de Leão	Ref. <sup>a</sup> em AL, [NR].
Sancho I	Rei de Portugal	<b>1152</b> ( <i>Anais de Lamego</i> ; <d.t.>) ou <b>1154</b> ( <i>Livro da Noa I</i> ; <d.t.>) – Nascimento; <b>1154</b> – cf. <b>1152</b> .
Sancho II	Rei de Castela	<b>1072, Outubro, 7</b> ( <i>Livro da Noa II</i> ; <d.t.>) ou <b>1072</b> ( <i>Chronica Gothorum</i> ; <d.t.>) – Morte às portas de Zamora; <b>1072</b> – cf. <b>1072, Outubro, 7</b> .
Sesnando [Davides]	Alvazil de Coimbra	<b>1091, Agosto, 25</b> <d.t.> – Morte.
Sir ibn Abi Bakr	General almo-rávida	<b>1111, Maio, 26</b> <d.t.> – Conquista de Santarém.
Soeiro Fromarigues	Infância da família dos senhores de Grijó	<b>1110</b> <d.t.> – Morte; identificação como pai de Nuno Soares.
Soeiro Mendes	Infância da família dos senhores da Maia	<b>1093, Maio, 6, Quinta-feira</b> <d.t.> – Conquista de Lisboa e Sintra pelo rei Afonso VI de Leão, seguida do regresso do monarca a Toledo e da entrega do governo da segunda fortificação aos Cristãos, sob o comando do conde Raimundo, marido de Urraca, e do infanção.
Teodorico	Abade do mosteiro de Lorvão	Ref. <sup>a</sup> em AL, [NA].
Teresa	Infanta de Leão e mulher de Henrique	<b>1109, Julho</b> <d.t.> – Identificação como mulher de Henrique.
Urraca	Infanta de Leão e mulher de Raimundo	<b>1093, Maio, 6, Quinta-feira</b> <d.t.> – Identificação como mulher de Raimundo.
Vímara Peres	Presor de Portucale	<b>868</b> <d.t.> – Presúria de Portucale; <b>873</b> <d.t.> – Morte em Bama, seis dias depois da chegada de Afonso III ao local.
Yūsuf ibn Tāshfin	Emir almorávida	[ <b>1086</b> ] – cf. <b>1087</b> ; <b>1087</b> <d.t.> ([ <b>1086</b> ] <d.c.>) – Batalha de Sagrajas (Sacrálías), travada num lugar situado nas imediações de Badajoz, entre as forças do rei Afonso VI de Leão e as do <i>amir al-muslimin</i> almorávida, levando à derrota do primeiro e ao seu refúgio em Cória.

À semelhança do que dissemos a propósito do quadro relativo à geografia analítica, a análise do quadro agora apresentado também nos permite retirar algumas ilações sobre a forma como é construída a imagem dos protagonistas nos quatro textos. Com efeito, é de se destacar a importância que todos os analistas dão à figura

régia: no texto de 1079, Fernando I e seus filhos, Afonso VI, Sancho II e Garcia II; no de 1111, Afonso VI; e, no de 1169, Afonso I. O texto de 1118 também põe a tónica neste aspeto, uma vez que se refere sobretudo a Afonso III e Fernando I, ou seja, aos refundadores da autonomia cristã do Entre-Minho-e-Mondego.

Fernando I é para o analista tirsense o grande impulsionador das campanhas que tiveram como consequência a conquista cristã do Entre-Douro-e-Mondego – Lamego, em 1057; Viseu, em 1058; e Coimbra, em 1064 –, mas também o pai dos subseqüentes reis de Leão, Castela, Galiza e Portucale, depois da sua morte e sepultamento num mosteiro da cidade de Leão, em 1065. Afonso VI, por sua vez, é para o analista eclesiolense o conquistador de Toledo, em 1085, e, nestas circunstâncias, o rei que, ao incorporar na esfera de influência cristã a cidade que havia sido a urbe régia e a metrópole eclesiástica da Hispânia visigótica, alcançou um dos principais objetivos das ações de conquista e reconquista contra o Islão, alicerçadas simbolicamente na recuperação desta antiga sede do poder político e eclesiástico anterior ao domínio muçulmano. Embora derrotado na batalha de Sagrajas (Sacrías), em 1087 ([1086]), combate esse em que as suas forças foram desbaratadas pelas de Yūsuf ibn Tāshfīn – o que obrigou ao seu refúgio em Córdia –, Afonso VI é também o primeiro conquistador de Santarém, Sintra e Lisboa, em 1093. O seu prestígio consolidou-se simbolicamente quando foi capaz de incorporar os domínios dos dois irmãos e lograr a reunificação dos reinos divididos por morte do pai no Império da Hispânia. Afonso I, por fim, é para o analista conimbricense o principal responsável pelas vitórias alcançadas no Entre-Tejo-e-Guadiana, sob o signo da Providência divina, sobretudo após a morte de Afonso VI, de quem é visto como o providencial sucessor. Embora o analista não deixe de recordar a sua derrota na batalha de Ourique, em 1139 – associada ao dia da festa litúrgica do apóstolo S. Tiago –, contra as forças de “Esmare” ou “Examare”, a verdade é que este conflito marca o ponto de viragem a partir do qual se sucede um relato construído com base em consecutivas vitórias militares: em 1147, Santarém, Sintra, Lisboa, Almada e Palmela; em 1158 ([1160]), Alcácer do Sal; em 1162, Beja; e, em 1166, Évora, Moura e Serpa. Nestas circunstâncias, Afonso I foi aquele que mais se destacou nas frentes de combate contra o Islão no Gharb al-Andalus, visto ter sido capaz de conduzir as fronteiras do Reino de Portugal às terras de além-Tejo. É, portanto, o continuador da política iniciada por Fernando I e mantida por Afonso VI.

Há que destacar igualmente o facto de o quadro fazer referência a figuras da alta nobreza asturiano-leonesa, como os condes de Portucale e de Coimbra. Neste caso, contudo, a situação que se regista é substancialmente diferente da que salientámos a propósito dos reis. Se o analista de 1079 sublinha a sua presença nos principais palcos da vida política coeva, é porque tem em mente um sentimento de rivalidade que os opõe aos infanções, na verdade o grupo da nobreza mais exaltado no texto; já o de 1118 sublinha a importância dos dois fundadores dos condados da fronteira ocidental, dos

quais descendem as famílias que, pelo menos teoricamente, agiam como representantes da monarquia asturiano-leonesa até à subida de Fernando I, conde de Castela, ao trono de Leão. Há, pois, notórias diferenças na forma como os dois analistas olham para os condes, uma vez que o primeiro só os recorda para denegrir a sua imagem; e o segundo, pelo contrário, para a valorizar. Este facto é bem revelador da diversidade de perspetivas que caracteriza estes textos.

Num outro campo de análise, sublinhemos igualmente as referências que o analista eclesiolense faz aos condes portugalenses Raimundo e Urraca, que herdaram em 1094 os territórios correspondentes aos dois antigos condados, extintos na sequência da campanha de Muḥammad ibn Abī ‘Āmīr al-Manṣūr em Coimbra, em 987, e da derrota e morte do conde Nuno Mendes de Portucale na batalha de Pedroso às mãos do rei Garcia II de Galiza e Portucale, em 1071; bem como a responsabilidade de governar algumas fortificações, em conjunto com os senhores de Grijó, reconquistadas por Afonso VI e atribuídas pelo rei aos dois condes. O insucesso da sua ação administrativa e a incapacidade demonstrada por Raimundo e Urraca em defender eficazmente a fronteira com o Islão estão implícitos nas referências que o mesmo analista faz aos condes Henrique e Teresa, seus sucedâneos na administração do Condado Portugalense a partir de 1096, igualmente recordados como conquistadores de Sintra em 1109, primeiramente tomada por Afonso VI em 1093.

A situação em que os infanções se encontram em dois dos quatro textos é muito significativa. Referidos nos de 1079 e 1111, são mencionados com frequência como agentes vitoriosos nas ações de conquista e reconquista contra o Islão. Também se compreende melhor este facto se se considerar que estas famílias da nobreza, teoricamente dependentes dos condes, passaram a deter maior poder e prestígio com a subida ao trono de Fernando I, em 1037, e que ambas se apresentavam à época como protetoras e defensoras dos mosteiros de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave e de S. Salvador de Grijó, isto é, das duas instituições onde foram compilados os textos mais tarde recebidos pelos cónegos regentes de St.<sup>o</sup> Agostinho do mosteiro de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra. Não admira que, ao contrário dos condes, rivais dos infanções, estes sejam valorizados pelo papel que tiveram como coadjuvantes da monarquia asturiano-leonesa, quer pelas vitórias militares que obtiveram, quer pelas funções administrativas que passaram a desempenhar após a tomada das principais fortificações da região.

Por fim, sublinhemos também a importância que os textos de 1079, 1111 e 1169 dão às autoridades muçulmanas. Se o de 1118 omite o Islão – embora deixe pressuposto o seu domínio político na Hispânia, quando se refere quer às presúrias de 868 e de 878, quer à conquista de 1064 –, a verdade é que os três primeiros fazem eco dos conflitos contra a Cristandade, sobretudo no tocante às campanhas de Muḥammad ibn Abī ‘Āmīr al-Manṣūr. Com efeito, o general amiríada é o responsável pela conquista muçulmana de Coimbra, em 987; de Montemor-o-Velho, em 990;

e de Aguiar de Sousa, em 995. O relato destas três campanhas encontra-se num único texto – os *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave* –, pelo que podemos dizer que este acompanha a progressão dos exércitos muçulmanos pela bacia dos rios Mondego e Douro. Fora estas campanhas, que surgem como o ponto culminante da política guerreira muçulmana na faixa atlântica peninsular, encontramos nos três primeiros textos referências menos significativas à intervenção de “Cimeia” ou “Cemia” em Cesar, em 1045 ([1035]); de Yūsuf ibn Tāshfin em Sagradas (Sacrálías), em 1087 ([1086]); e de “Esmare” ou “Examare” em Ourique, em 1139; tal como ao assédio de Sīr ibn Abī Bakr em Santarém, em 1111; e de ‘Alī ibn Yūsuf em Coimbra, em 1117. Não obstante estes combates entre as forças cristãs e muçulmanas, a verdade é que Muḥammad ibn Abī ‘Āmīr al-Mansūr é o protótipo do general muçulmano capaz de conquistar territórios outrora perdidos para a causa cristã – territórios estes de elevado valor estratégico para a defesa dos limites setentrionais do Gharb al-Andalus –, e, desta forma, consolidar a sua autoridade na fronteira com o reino de Astúrias-Leão.

Nestas circunstâncias, parece-nos claro que três dos quatro textos analisados (1079, 1111, 1169) foram escritos com o intuito de enaltecer os infanções das famílias da Maia e de Grijó, associando-os a um conjunto de memórias históricas que os aproximam dos reis de Astúrias-Leão, e, simultaneamente, obscurecendo o papel dos condes de Portucale e de Coimbra na política conquistadora da realeza; e que o quarto (1118), ao invés, procurou atualizar um passado de proximidade dos condes de Portucale e de Coimbra aos reis de Astúrias-Leão, de modo a enfatizar a situação de crise que se vivia nos inícios do século XII no mosteiro de Lervão, provocada, em grande medida, pela oposição entre moçarabistas e romanistas, ou seja, entre a congregação religiosa anteriormente apoiada pelos ascendentes dos reis que agora se posicionavam num plano oposto ao dos interesses da comunidade, a propósito da substituição da tradição litúrgica definida pelo Concílio de Burgos, aliás apoiada pelos infanções, numa conjuntura de transição da autoridade política no Condado Portucalense.

## Conclusão

O ciclo memorialístico formado pelos anais que analisámos anteriormente inclui quatro textos escritos sob diferentes condicionalismos sociais de produção, embora a sua elaboração tenha ocorrido sensivelmente entre 1079 e 1169, isto é, ao longo de pouco menos de um século. Na verdade, esta concentra-se sobretudo na transição do século XI para o XII, visto que os quatro textos são datáveis de 1079, 1111, 1118 e 1169, sendo este último o resultado de uma refundição e ampliação dos dois primeiros. Este facto reflete-se na natureza das efemérides comemoradas em cada texto, muito especialmente se tivermos em conta aquele que mais se destaca do complexo analítico: os *Anais de S. Mamede de Lervão*. Com efeito, este é o único dos

textos que se conserva num manuscrito associado à instituição que lhe deu origem, pelo que a sua compreensão não pode deixar de ter em conta as características internas e externas do suporte material que identificámos com o *Livro dos testamentos* do mosteiro de Lorvão, utilizado na elaboração de parte do texto identificável com a relação de nomes de reis leoneses e abades laurbanenses. Ao contrário dos restantes, encontramos aqui um repositório de memórias históricas que remontam predominantemente ao passado distante da fronteira ocidental (séc. IX), uma vez que a intenção do analista foi provavelmente exprimir por via letrada uma situação de prestígio que o mosteiro havia perdido no momento em que os anais foram fixados, ou seja, fazer apelo às relações de proximidade entre os reis e os condes que o fundaram e protegeram com ricas doações, mas que se encontravam no cerne da crise que opunha a congregação religiosa à reforma litúrgica romano-franca difundida com o apoio da realeza leonesa e dos infanções portugalenses. Nos *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave* e *S. Salvador de Grijó*, pelo contrário, apenas conservados como textos refundidos nos *Anais de St.ª Cruz de Coimbra* I, o passado é conservado em função do tempo recente (séc. XI-XII), visto que é nele que se manifesta a proximidade entre as duas instâncias sociais – os reis e os infanções – que triunfavam nas frentes de combate contra o Islão, estes últimos assumindo os mais altos cargos da administração local e regional com o apoio da realeza, garantindo a implementação da reforma litúrgica contra os interesses da comunidade moçárabe conimbricense.

Neste sentido, é necessário considerar que os quatro textos, apesar de tipologicamente semelhantes, têm particularismos que os tornam singulares no contexto das obras a que David atribuiu uma designação conjunta. Não nos esqueçamos que, ao contrário do de 1118, os textos de 1079 e de 1111 apenas se conservaram por terem sido recebidos e possivelmente truncados ou até alterados em 1169, dando assim origem a um texto que, apesar de conhecido como *Anais de St.ª Cruz de Coimbra* I, é, na verdade, a refundição e a atualização de dois textos anteriores. A sua recuperação pelos cónegos regantes de St.º Agostinho deveu-se provavelmente ao facto de as famílias que protegiam os três mosteiros serem aparentadas entre si, e sobretudo porque o ideário de conquista e reconquista que estes nos transmitem, ao contrário do primeiro, atribui simultaneamente aos reis e aos infanções o protagonismo nas guerras da fronteira ocidental.

Os textos de 1079, 1111 e 1169 são, por conseguinte, individualizáveis criticamente, embora os cónegos regantes de St.º Agostinho os tenham refundido num só texto nos finais do século XII. Com o trabalho desenvolvido no *scriptorium* do mosteiro de St.ª Maria de Alcobaça a partir desta altura, também os monges cistercienses haveriam de se destacar no plano cultural, pelo facto de terem recebido estas memórias historiográficas e as terem incorporado no seu próprio património historiográfico, sob a forma de manuscritos cuja cópia se divulgaria a partir dos séculos XII e XIII – e até

em épocas bastante mais tardias –, como versões de primitivos testemunhos. Não podemos, pois, deixar de destacar a atividade desenvolvida nestes dois mosteiros, porque foi aí que se copiaram e transmitiram os primeiros textos reveladores de uma certa consciência de identidade local e regional aplicada ao Entre-Minho-e-Mondego, consubstanciada num relato encadeado de factos produzido com uma clara finalidade ideológica. Foi o trabalho dos cónegos regrantes e dos monges cistercienses que, em grande medida, nos legou um conjunto de fontes que hoje consideramos serem os primórdios da historiografia nacional. Pelo menos são estes os primeiros textos historiográficos que sabemos com alguma certeza terem sido escritos entre as comunidades letradas portugalenses e conimbricenses na Alta Idade Média.

No momento em que Portugal se formava e consolidava como Reino, no quadro político da Cristandade medieval hispânica, os cónegos regrantes de St.<sup>o</sup> Agostinho de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra e os monges cistercienses de St.<sup>a</sup> Maria de Alcobaça – dois mosteiros fundados precisamente nesta conjuntura política que receberam a mais alta proteção da realeza e da nobreza portuguesas –, os letrados do Entre-Minho-e-Mondego foram capazes de criar uma ideologia sustentada de factos que legitimaram a expansão das fronteiras do Reino, incorporando no seu lastro memorialístico um conjunto de efemérides de grande importância para a história militar hispânica, porque relacionadas com a índole guerreira das realezas cristãs peninsulares. Ao fazê-lo, ajudaram a construir a identidade de um território. Por esta ordem de razões, podemos dizer que os *Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra* I, concebidos depois da refundição dos textos que exaltam o passado das linhagens dos senhores da Maia e de Grijó – as mesmas cuja história remota será comemorada nos séculos XIII e XIV pela literatura linhagística e genealógica portuguesa, num contexto de cisão entre os interesses régios e nobiliárquicos –, são o cerne de uma historiografia cuja principal função foi legitimar a génese de um Reino administrado por uma família com ligações às principais Casas da realeza e da nobreza ocidentais. Assim sendo, este texto marca o início de uma produção letrada que terá continuidade com os *Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra* II, redigidos já depois do desastre de Badajoz, com o intuito de consolidar a comemoração social das providenciais vitórias militares do rei Afonso I, das quais resultou a dilatação das fronteiras do Reino, bem como o nascimento de uma dinastia cujos principais ascendentes foram os reis Fernando I e Afonso VI de Leão, celebrados nas duas compilações analíticas que antecederam a redação de 1169 como os grandes protagonistas da “Reconquista” cristã.

## ANEXO. Cronologia crítica da analística monástica portugalense (séc. XI-XII)

### Advertência prévia

O objetivo deste anexo é apresentar uma cronologia crítica das efemérides transmitidas nas ementas que constituem os quatro textos analísticos redigidos entre comunidades letradas do Entre-Minho-e-Mondego entre finais do século XI e finais do XII. A sua apresentação é feita segundo um critério cronológico, com base na recolha de todas as notícias presentes nos textos que, na sua versão original ou na refundição do arquétipo atribuído a um cônego regente do mosteiro de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra, se conservaram até aos nossos dias. Referimo-nos concretamente a textos escritos quer sob a proteção de famílias emergentes da nobreza infancional portugalense, como os senhores da Maia e de Grijó, quer sob a proteção dos cavaleiros moçárabes de Coimbra, Viseu e Seia, quer ainda sob a proteção do primeiro representante da realeza portuguesa, Afonso I, nos mosteiros de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave, S. Salvador de Grijó, S. Mamede de Lorvão e St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra, respetivamente, entre cerca de 1079 e cerca de 1169.

Esta diacronia de pouco menos de um século traduz as balizas cronológicas em que diversos investigadores, como Pierre David, José Mattoso e Luís Krus, situam criticamente o trabalho de compilação dos quatro textos, tendo o mais antigo sido redigido em St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave (c. 1079), e o mais recente, em St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra (c. 1169). Não obstante, o tempo histórico a que cada texto se refere não se limita a estas datas. A diacronia é variável de acordo com o texto. Dispomos de ementas que noticiam factos ocorridos desde o terceiro quartel do século IX (866) até ao terceiro do XII (1169). Alguns destes factos encontram-se documentados apenas num destes textos, como, *vg.*, os dois acontecimentos fundadores da história condal do Entre-Minho-e-Mondego: a presúria de Portucale por Vimara Peres, em 868, e a presúria de Coimbra por Hermenegildo Guterres, em 878. Outros, pelo contrário, foram recebidos em mais do que um texto, contendo por vezes divergências quanto aos elementos constituintes de cada ementa.

Aquela diacronia permite-nos dizer que estão representados nestes textos cerca de trezentos anos de história do Entre-Minho-e-Mondego, refletindo as vicissitudes políticas da fronteira ocidental entre o governo de Afonso III (866-910) e a afirmação de Portugal como Reino no tempo de Afonso I (1128-1185). Assim sendo, os quatro textos refletem uma dinâmica de longa duração que traduz a perceção monástica da história daquele território interfluvial como fronteira do reino asturiano-leonês nos séculos IX a XII, tendo como corolário uma consciência de individualidade política regional bem patente na forma como se regista o encadeamento narrativo dos quatro textos, que, no seu conjunto, se reportam tanto ao Condado Portugalense, como ao Reino de Portugal.

A representatividade de cada século no levantamento cronológico das efemérides analísticas é muito diversa. O levantamento que aqui apresentamos é composto por notícias extraídas simultaneamente dos quatro textos que se conservaram até à atualidade – um (AL), no suporte material de origem; e três (AST, AG e ASC I), numa refundição tardia relativamente à data em que terão sido primeiramente compilados, transmitida em manuscritos tardios, oriundos dos mosteiros de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra e de St.<sup>a</sup> Maria de Alcobaça –, sem qualquer distinção para além da indicação bibliográfica que aponta para a proveniência da informação que acompanha cada entrada.



O quadro que se segue reflete esta questão.

**Quadro n.º 6.** Encadeamento narrativo da analística monástica portugalense (séc. XI-XII)

Texto	Data de compilação	Diacronia do relato	Observações
AST	c. 1079	987-1079	O texto não se conservou na sua versão original, mas sim como um testemunho resultante do trabalho de refundição efetuado por um cônego do mosteiro de St. <sup>a</sup> Cruz de Coimbra no terceiro quartel do século XII. Poderá não corresponder integralmente ao texto originariamente redigido e compilado pelo analista de St. <sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave.
AG	c. 1111	1085-1111	O texto não se conservou na sua versão original, mas sim como um testemunho resultante do trabalho de refundição efetuado por um cônego do mosteiro de St. <sup>a</sup> Cruz de Coimbra no terceiro quartel do século XII. Poderá não corresponder integralmente ao texto originariamente redigido e compilado pelo analista de S. Salvador de Grijó.
AL	c. 1118	866-1110 ([1109])	O texto conservou-se num suporte material, o verso do fólio de guarda do <i>Livro dos testamentos</i> do mosteiro de Lorvão, com ligações à instituição em que foi redigida e compilada a sua versão original. Não integrou a refundição tardia produzida por um cônego do mosteiro de St. <sup>a</sup> Cruz de Coimbra no terceiro quartel do século XII, conservando-se até à atualidade como um texto autónomo dos circuitos de transmissão da analística monástica portugalense.
ASC I	c. 1169	1109-1169	O texto é o resultado de um trabalho de refundição levado a cabo por um cônego do mosteiro de St. <sup>a</sup> Cruz de Coimbra, a partir das versões originais dos AST e dos AG, ampliadas e atualizadas com novas notícias, no terceiro quartel do século XII.

A apresentação das entradas segue um critério cronológico relacionado com a data patente nos quatro textos, inclusive nos casos em que a data pode ser revista à luz da crítica histórica. Optámos nestes casos por indicar sempre, com base em abreviaturas, se se trata de uma data textual (<d.t.>) ou de uma data crítica (<d.c.>). A proveniência das notícias é indicada no fim de cada entrada entre parênteses curvos, mediante referência, em sigla, do texto de origem (AST: *Anais de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave*; AG: *Anais de S. Salvador de Grijó*; AL: *Anais de S. Mamede de Lorvão*; ASC I: *Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I*), seguida da citação bibliográfica em que se encontra a transcrição paleográfica das ementas, referente, no terceiro caso (AL), ao texto publicado por Alexandre Herculano, em 1856, nos *Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Scriptores* ([Iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita], vol. I, Lisboa, Typis Academicis, MDCCCLVI, p. 20), revisto à luz da sua mais recente edição, dada à estampa em 2008 (*Liber testamentorum coenobii laurbanensis (Estudios)*, Leão, Centro de Estudios



e Investigación “San Isidoro” – Caja España de Inversiones – Archivo Histórico Diocesano, 2008); e, no primeiro, segundo e quarto casos (AST, AG e ASC I), ao complexo textual dado à estampa por Pierre David, em 1947, nos “Annales portugaises veteres” (in Pierre David, *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI<sup>e</sup> au XII<sup>e</sup> siècle*, Lisboa – Paris, Livraria Portugália Editora – Société d’Édition “Les Belles Lettres”, 1947, p. 257-340). Nas entradas relativas aos AL, indica-se a proveniência das notícias em conformidade com as duas secções complementares da relação de efemérides históricas que constituem os anais propriamente ditos: os *Nomina abbatum* ([NA]) e os *Nomina regum* ([NR]). Estas edições serviram de referência para o levantamento cronológico que se apresenta seguidamente.

## Cronologia

### Efemérides datadas ou datáveis do século IX (seg. AL [c. 1118])

- **866 <d.t.>** – Morte do rei Ordonho I das Astúrias; unção de Afonso III das Astúrias no dia de Pentecostes (AL: SS, vol. I, p. 20);
- **868 <d.t.>** – Presúria de Portucale por Vímara Peres (AL: SS, vol. I, p. 20);
- **873 <d.t.>** – Morte de Vímara Peres em Bama, seis dias após a chegada de Afonso III (AL: SS, vol. I, p. 20);
- **878 <d.t.>** – Presúria de Coimbra pelo conde Hermenegildo [Guterres] (AL: SS, vol. I, p. 20).

### Efemérides datadas ou datáveis do século X (seg. AST [c. 1079] e AL [c. 1118])

- **985, Agosto, 12 <d.t.>** – Morte do abade Primo [de Lorvão], discípulo do “santíssimo varão” [Mestúlio] (AL, [NA]: SS, vol. I, p. 20);
- **987, Agosto, 8 <d.t.>** – Morte do abade Benjamim [de Lorvão] (AL, [NA]: SS, vol. I, p. 20);
- **987 (*Livro da Noa II*; <d.t.>)** ou **988, Junho, 29 (*Chronica Gothorum*; <d.t.>)** – Conquista de Coimbra por al-Manşūr, levando ao abandono temporário da cidade por sete anos e sua posterior reconstrução, inaugurando um período de setenta anos de domínio político muçulmano na cidade (AST: APV, p. 293);
- **988, Junho, 29** – cf. 987;
- **990, Dezembro, 2 (*Chronica Gothorum*; <d.t.>)** ou **1000, Dezembro, 2 (*Livro da Noa II*; <d.t.>)** – Conquista de Montemor-o-Velho por al-Manşūr (AST: APV, p. 294);
- **995 <d.t.>** – Conquista de Aguiar de Sousa, território de Portucale, por al-Manşūr (AST: APV, p. 294);
- **1000, Dezembro, 2** – cf. 990, Dezembro, 2.

**Efemérides datadas ou datáveis do século XI**  
 (seg. AST [c. 1079], AG [c. 1111] e AL [c. 1118])

- **1008, Outubro, 6 <d.t.>** – Morte do conde Mendo [Gonçalves] (AST: APV, p. 295);
- **1016, Setembro, 6 <d.t.>** – Ataque normando ao castelo de Vermoim, território de Braga, residência do conde Alvito Nunes (AST: APV, p. 295);
- **1018 <d.t.>** ([**1028**] <d.c.>) – Morte do rei Afonso V de Leão em Viseu; morte do magno conde Nuno Alvites (AST: APV, p. 295);
- **1027 (*Livro da Noa II*; <d.t.>)** ou **1047 (*Chronica Gothorum*; <d.t.>)** ([**1037**] <d.c.>) – Morte do rei Bermudo III de Leão (AST: APV, p. 296);
- [**1028**] – cf. **1018**;
- **1033, Junho, 29 (*Livro da Noa II*; <d.t.>)** – Ocorrência de um eclipse solar e de um terramoto (AST: APV, p. 295);
- **1034, Novembro, 12 (*Chronica Gothorum*; <d.t.>)** ou **1034, Novembro, 13 (*Livro da Noa II*; <d.t.>)** – Conquista de Montemor-o-Velho por Gonçalo Trastamires e entrega do governo da fortificação aos Cristãos (AST: APV, p. 295);
- **1034, Novembro, 13** – cf. **1034, Novembro, 12**;
- **1034 ([1037] <d.c.> ou [1044] <d.c.>), Dezembro, 24 (*Livro da Noa II*; <d.t.>)** – Morte do conde Mendo [Luz] ou [Nunes], nas margens do rio Gadanha (AST: APV, p. 295);
- [**1035**], **Abril, 1** – cf. **1045, Abril, 1**;
- [**1037**], **Dezembro, 24** – cf. **1034, Dezembro, 24**;
- [**1037**] – cf. **1027**;
- **1038, Setembro, 1 <d.t.>** – Morte de Gonçalo Trastamires em Avioso (AST: APV, p. 296);
- [**1044**], **Dezembro, 24** – cf. **1034, Dezembro, 24**;
- **1045 ([1035] <d.c.>), Abril, 1 <d.t.>** – Arrancada do rei Bermudo III de Leão sobre os Muçulmanos, liderados por “Cimeia” ou “Cemia”, na vila de Cesar, território do castelo de St.<sup>a</sup> Maria (AST: APV, p. 296);
- **1047** – cf. **1027**;
- **1057 ([1058] <d.c.>), Julho, 25 (*Livro da Noa II*; <d.t.>)** ou **1058, Julho, 25, dia de S. Cucufate (*Chronica Gothorum*; <d.t.>)** – Conquista de Viseu, Seia, S. Martinho de Mouros, Travanca e Penalva, para além de outros castelos não-especificados, pelo rei Fernando I de Leão (AST: APV, p. 297);
- **1057, Novembro, 29, Sábado, dia de S. Saturnino <d.t.>** – Conquista de Lamego pelos reis Fernando I e Sancha de Leão (AST: APV, p. 296);
- [**1058**], **Julho, 25** – cf. **1057, Julho, 25**;
- **1064, Julho, 25 ([9]), Sexta-feira, vigília do dia de S. Cristóvão <d.t.>** ou **1064, Julho, [Sexta-feira]?, [vigília]? do dia de S. Cristóvão ([9]?) <d.t.>** – Conquista de Coimbra pelo rei Fernando I de Leão (AST: APV, p. 297; AL: SS, vol. I, p. 20);
- **1065, Novembro, 26 (*Chronica Gothorum*; <d.t.>)** – Morte de Mendo Gonçalves, filho de Gonçalo Trastamires (AST: APV, p. 298);

- **1065, Dezembro, 26 <d.t.>** – Morte do rei Fernando I de Leão e seu sepultamento num mosteiro da cidade de Leão (AST: APV, p. 297);
- **1071, Janeiro, 18** ([**post. Fevereiro, 17**] <d.c.>) (*Chronica Gothorum*; <d.t.>) – Batalha de Pedroso, travada nas imediações de Braga, entre a cidade e o rio Cávado, pelas forças do rei Garcia de Galiza e Portucale, filho de Fernando I de Leão, e os Portucalenses, liderados pelo conde Nuno Mendes, levando à morte deste e à fuga dos seus partidários (AST: APV, p. 298);
- **1071, [post. Fevereiro, 17]** – cf. **1071, Janeiro, 18**;
- **1072, Outubro, 7** (*Livro da Noa II*; <d.t.>) ou **1072** (*Chronica Gothorum*; <d.t.>) – Morte do rei Sancho II de Castela, filho de Fernando I de Leão, às portas de Zamora, e apropriação do governo da Hispânia pelo irmão, o rei Afonso VI de Leão, dando início a novas campanhas militares acompanhadas por uma política de tributação dos Muçulmanos (AST: APV, p. 298);
- **1072** – cf. **1072, Outubro, 7**;
- **1077, Setembro <d.t.>** – Conquista de Cória pelo rei Afonso VI de Leão (AST: APV, p. 299);
- **1079, Julho, 1, 12h** (*Livro da Noa II*; <d.t.>) – Ocorrência de um eclipse solar total (AST: APV, p. 299);
- [**c. 1079**] – Compilação dos *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave*;
- **1085, Maio, 25 <d.t.>** – Conquista de Toledo e Talavera de la Reina, para além de outros castelos não-especificados, pelo rei Afonso VI de Leão (AG: APV, p. 299);
- [**1086**] – cf. **1087**;
- **1087 <d.t.>** ([**1086**] <d.c.>) – Batalha de Sagrajas (Sacrálías), travada num lugar situado nas imediações de Badajoz, entre as forças do rei Afonso VI de Leão e as do *amir al-muslimin* almorávida Yūsuf ibn Tāshfin, levando à derrota do primeiro e ao seu refúgio em Cória (AG: APV, p. 299-300);
- **1091, Agosto, 25 <d.t.>** – Morte do alvazil Sesnando [Davides] (AG: APV, p. 300);
- **1093, Abril, 30, Sábado, 15h <d.t.>** – Conquista de Santarém pelo rei Afonso VI de Leão (AG: APV, p. 300);
- **1093, Maio, 6, Quinta-feira <d.t.>** – Conquista de Lisboa e Sintra pelo rei Afonso VI de Leão, seguida do regresso do monarca a Toledo e da entrega do governo da segunda fortificação aos Cristãos, sob o comando do conde Raimundo, marido de Urraca, e de Soeiro Mendes (AG: APV, p. 300).

### Efemérides datadas ou datáveis do século XII

(seg. AG [c. 1111], AL [c. 1118], ASC I [c. 1169])

- **1109 <d.t.>** ou **1109, Junho, 29 <d.t.>** ou **1110** ([**1109**] <d.c.>), **Junho, 29 <d.t.>** – Morte do rei Afonso VI de Leão, filho de Fernando I de Leão, levando a um novo período de revoltas protagonizadas pelos Muçulmanos (AG: APV, p. 301; AL: SS, vol. I, p. 20; ASC I: APV, p. 308);
- **1109, Junho, 29** – cf. **1109**;
- **1109, Julho <d.t.>** – Conquista de Sintra pelo conde Henrique, marido de Teresa (AG: APV, p. 301);

- **1110, Junho, 29** – cf. **1109**;
- **1110 <d.t.>** – Emboscada dos Muçulmanos contra os Cristãos em Valada, lugar situado nas imediações de Santarém, levando à morte de Soeiro Fromarigues, pai de Nuno Soares, e de Mido Crescones, pai de João Mides (AG: APV, p. 301-302);
- **1111, Maio, 26 <d.t.>** – Conquista de Santarém por Sîr ibn Abî Bakr (AG: APV, p. 302);
- **[c. 1111]** – Compilação dos *Anais de S. Salvador de Grijó*;
- **1116, Março, 19 <d.t.>** – Ordenação do abade Eusébio (AL, [NA]: SS, vol. I, p. 20);
- **1116, Julho, 7, Terça-feira, 15h <d.t.>** – Entrada dos Muçulmanos no castelo de St.<sup>a</sup> Olaia (ASC I: APV, p. 308);
- **1117, Junho, 22 <d.t.>** – Assédio de Coimbra pelo *amîr al-muslimîn* almorávida ‘Alî ibn Yûsuf, por um período de três semanas (ASC I: APV, p. 308);
- **1118, Fevereiro, 27 <d.t.>** – Morte do abade Eusébio (AL, [NA]: SS, vol. I, p. 20);
- **[c. 1118]** – Compilação dos *Anais de S. Mamede de Lôrvão*;
- **1122 <d.t.>** – Ocorrência de um “ano mau” (ASC I: APV, p. 308);
- **1139, Julho, dia de S. Tiago ([25]) <d.t.>** – Batalha de Ourique, travada entre as forças do rei Afonso I de Portugal e os Muçulmanos, liderados por “Esmare” ou “Examare”, levando à derrota do segundo (ASC I: APV, p. 308);
- **1147, [Outubro] <d.t.>** – Conquista de Santarém pelo rei Afonso I de Portugal (ASC I: APV, p. 309);
- **1147 ([Outubro]) (Livro da Noa I; <d.t.>)** ou **1147, Outubro (Anais de Lamego; <d.t.>)** – Conquista de Lisboa, Sintra, Almada e Palmela pelo rei Afonso I de Portugal (ASC I: APV, p. 309);
- **1152 (Anais de Lamego; <d.t.>)** ou **1154 (Livro da Noa I; <d.t.>)** – Nascimento do rei Sancho I de Portugal (ASC I: APV, p. 310);
- **1154** – cf. **1152**;
- **1157, Setembro <d.t.>** – Morte de [Afonso VII], imperador das Hispânicas (ASC I: APV, p. 309);
- **1157 <d.t.>** – Morte da rainha Mafalda de Portugal (ASC I: APV, p. 309);
- **1158 <d.t.> ([1160] <d.c.>)** – Conquista de Alcácer do Sal pelo rei Afonso I de Portugal (ASC I: APV, p. 309);
- **[1160]** – cf. **1158**;
- **1162 <d.t.>** – Conquista de Beja, por intercessão da Providência divina, pelo rei Afonso I de Portugal (ASC I: APV, p. 309);
- **1166 <d.t.>** – Conquista de Évora, Moura e Serpa, por intercessão da Providência divina, pelo rei Afonso I de Portugal (ASC I: APV, p. 310);
- **1168 ([1169] <d.c.>), Maio, 3 (Livro da Noa I; <d.t.>)** ou **1169, Maio, 3 (Anais de Lamego; <d.t.>)** – Entrada do alcaide Geraldo [Geraldês], *o Sem Pavor*, em Badajoz (ASC I: APV, p. 310);
- **[1169], Maio, 3** – cf. **1168, Maio, 3**;
- **[c. 1169]** – Compilação dos *Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I*.